



Anais da Assembléia

Nº 108

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1994

ANO XI

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Sales Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudeli - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Atos da Presidência

ATO DO PRESIDENTE N° 007/94

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e atendendo ao disposto do § 4° do artigo 1° da Lei 10.702, de 30 de dezembro de 1993.

R E S O L V E:

Indicar os Excelentíssimos Senhores Deputados Djalma de Almeida Cesar Nilton Roberto Barbosa, Hermas Eurides Brandão, Paulo Maia Oliveira e Elio Lino Rusch para acompanharem as operações de vendas das ações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, de propriedade do Estado do Paraná. Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 31.08.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

RESOLUÇÃO N° 015/94

DATA: 22 de agosto de 1994.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã; com as seguintes divisas e confrontações, com sua sede na localidade de São Luiz do Purunã:

"Começa na confluência do Rio Tibagi com o Rio Pugas, subindo pelo Rio Pugas até a Foz do Rio Quero-Quero; sobe pelo Rio Quero-Quero até a sua nascente nas proximidades da estrada municipal que liga a Colônia Quero-Quero com a BR-277; seguindo por esta mesma rodovia municipal até a divisa intermunicipal de Palmeira e Porto Amazonas; segue por esta mesma divisa intermunicipal até encontrar o Rio dos Papagaios; desce pelo Rio dos Papagaios até encontrar o Rio Iguaçu, desce pelo Rio Iguaçu até encontrar o Arraial Amola Faca, segue pelo Arraial até a cumeada da Serra dos Veados, seguindo pela cumeada da Serra dos Veados até a cumeada da Serra dos Capados, segue pela Serra dos Capados até encontrar a Estrada Municipal DZ-409, segue por esta estrada, atravessando a BR-277 até a Divisa Intermunicipal de Campo Largo e Balsa Nova, seguindo pela mesma

Divisa Intermunicipal (Serra do Purunã), até encontrar a Divisa Intermunicipal entre Palmeira, Campo Largo e Balsa Nova; deste ponto segue pela Divisa Intermunicipal entre Campo Largo e Palmeira até encontrar o Rio Tibagi; desce por este mesmo Rio dividindo com o Município de Ponta Grossa até a confluência do Rio Pugas, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22.08.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

RESOLUÇÃO N° 016/94

DATA: 13 de setembro de 1994.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limites e confrontações conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Tamarana desmembrado de Londrina e com as divisas e perímetro urbano abaixo descritos:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Com o Município de Londrina:

Começa na foz do Córrego Sutil no Rio Apucarantina, segue por este até a foz do Córrego Faustino até a sua nascente, de onde em linha reta no sentido Nordeste alcança a cabeceira do Ribeirão dos Morais; desce por este até sua foz no Rio Apucarantina e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi;

Com o Município de São Jerônimo da Serra:

Começa na foz do Rio Apucarantina no Rio Tibagi, segue por este até a foz do Rio Apucarana;

Com o Município de Ortigueira:

Começa no Rio Tibagi na foz do Rio Apucarana sobe por este até sua confluência com o Rio Preto, segue por este sua confluência com o Rio do Meio;

Com o Município de Marilândia do Sul:

Começa no ponto acima descrito na confluência do Rio Preto com o Rio do Meio, segue por este até sua nascente, de onde em linha reta alcança a cabeceira do Rio Valêncio, desce por este até sua foz no Rio Apucarantina, segue por este até a foz do Córrego Sutil, ponto de partida.

PERÍMETRO URBANO

Distrito de Tamarana:

Principia no afluente do Ribeirão dos Moraes, que cruza a Avenida 19 de Dezembro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para a Rua Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela Divisa Leste do lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue pela Estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mauá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.09.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Toti Colaço.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Colombino Grassano, Duílio Genari, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares e Rossoni (06). Achando-se em licença o Sr. Deputado Cezar Silvestri e a Sra. Deputada Emilia Belinati (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da

Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N° 101/94

Curitiba, 25.08.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva permitir que a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR seja equiparada a órgão oficial de pesquisa, para os efeitos do disposto na alínea "C", do § 3º, do art. 1º, da Lei n° 7.827, de 29 de dezembro de 1983.

A medida ora proposta decorre de expediente a mim encaminhado pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com vistas à utilização dos serviços da OCEPAR, no que se refere a emissão de relatórios técnicos sobre a utilização e os efeitos do uso de agrotóxicos e outros biocidas, para fins de cadastramento junto ao órgão estadual competente, conforme disposições da supracitada lei.

A anexa cópia autêntica da justificativa apresentada pelo referido Secretário de Estado, no processo protocolado sob n° 1.973.506-0, contém outros esclarecimentos que demonstram a oportunidade da medida constante da proposição ora formulada.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Para os efeitos do disposto na alínea "C", do § 3º, do art. 1º, da Lei 7827 de 29.12.83, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, entidade declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 10.717, de 07 de março de 1994, poderá ser equiparada a órgão oficial de pesquisa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7827/93, no seu Artigo 1º, § 3º, alínea "C", para cadastro de agrotóxicos na Secretaria de Estado da Agricultura e

do Abastecimento do Paraná, entre outros requisitos, exige apresentação do laudo de eficiência agrônômica e resíduos toxicológicos, fornecido por Entidade Oficial de Pesquisa.

A OCEPAR, pessoa jurídica de direito privado, além de congregar as Cooperativas de produtores agrícolas, é uma entidade sem fins lucrativos e que há anos vem prestando serviços da mais alta valia à produção primária, aos produtores primários, enfim a Sociedade e ao Estado.

Além disso, é um órgão de utilidade pública, reconhecida de pesquisa agrônômica, inclusive como tal credenciada pelo Ministério da Agricultura, conforme Portaria n° 108 de 14 de novembro de 1991 da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do MAARA.

Assim, trata-se de um órgão de reconhecida idoneidade técnica que, se credenciada contribuirá e muito para o respectivo Setor.

Outrossim, o seu credenciamento ampliaria o elenco de entidades capacitadas ao atendimento dos interessados, sem prejuízo de ordem técnica, face ao conceito de que a OCEPAR é adotada.

MENSAGEM N° 102/94

Curitiba, 25.08.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de

29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com pessoal e de custeio.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 7.793.827,00 (sete milhões, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e sete reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS		ANEXO		R\$	
				1993	
				1994	
				1995	
				1996	
				1997	
				1998	
				1999	
				2000	
				2001	
				2002	
				2003	
				2004	
				2005	
				2006	
				2007	
				2008	
				2009	
				2010	
				2011	
				2012	
				2013	
				2014	
				2015	
				2016	
				2017	
				2018	
				2019	
				2020	
				2021	
				2022	
				2023	
				2024	
				2025	
				2026	
				2027	
				2028	
				2029	
				2030	
				2031	
				2032	
				2033	
				2034	
				2035	
				2036	
				2037	
				2038	
				2039	
				2040	
				2041	
				2042	
				2043	
				2044	
				2045	
				2046	
				2047	
				2048	
				2049	
				2050	
				2051	
				2052	
				2053	
				2054	
				2055	
				2056	
				2057	
				2058	
				2059	
				2060	
				2061	
				2062	
				2063	
				2064	
				2065	
				2066	
				2067	
				2068	
				2069	
				2070	
				2071	
				2072	
				2073	
				2074	
				2075	
				2076	
				2077	
				2078	
				2079	
				2080	
				2081	
				2082	
				2083	
				2084	
				2085	
				2086	
				2087	
				2088	
				2089	
				2090	
				2091	
				2092	
				2093	
				2094	
				2095	
				2096	
				2097	
				2098	
				2099	
				2100	
				2101	
				2102	
				2103	
				2104	
				2105	
				2106	
				2107	
				2108	
				2109	
				2110	
				2111	
				2112	
				2113	
				2114	
				2115	
				2116	
				2117	
				2118	
				2119	
				2120	
				2121	
				2122	
				2123	
				2124	
				2125	
				2126	
				2127	
				2128	
				2129	
				2130	
				2131	
				2132	
				2133	
				2134	
				2135	
				2136	
				2137	
				2138	
				2139	
				2140	
				2141	
				2142	
				2143	
				2144	
				2145	
				2146	
				2147	
				2148	
				2149	
				2150	
				2151	
				2152	
				2153	
				2154	
				2155	
				2156	
				2157	
				2158	
				2159	
				2160	
				2161	
				2162	
				2163	
				2164	
				2165	
				2166	
				2167	
				2168	
				2169	
				2170	
				2171	
				2172	
				2173	
				2174	
				2175	
				2176	
				2177	
				2178	
				2179	
				2180	
				2181	
				2182	
				2183	
				2184	
				2185	
				2186	
				2187	
				2188	
				2189	
				2190	
				2191	
				2192	
				2193	
				2194	
				2195	
				2196	
				2197	
				2198	
				2199	
				2200	
				2201	
				2202	
				2203	
				2204	
				2205	
				2206	
				2207	
				2208	
				2209	
				2210	
				2211	
				2212	
				2213	
				2214	
				2215	
				2216	
				2217	
				2218	
				2219	
				2220	
				2221	
				2222	
				2223	
				2224	
				2225	
				2226	
				2227	
				2228	
				2229	
				2230	
				2231	
				2232	
				2233	
				2234	
				2235	
				2236	
				2237	
				2238	
				2239	
				2240	
				2241	
				2242	
				2243	
				2244	
				2245	
				2246	
				2247	
				2248	
				2249	
				2250	
				2251	
				2252	
				2253	
				2254	
				2255	
				2256	
				2257	
				2258	
				2259	
				2260	
				2261	
				2262	
				2263	
				2264	
				2265	
				2266	
				2267	
				2268	
				2269	
				2270	
				2271	
				2272	
				2273	
				2274	
				2275	
				2276	
				2277	
				2278	
				2279	
				2280	
				2281	
				2282	
				2283	
				2284	
				2285	
				2286	
				2287	
				2288	
				2289	
				2290	
				2291	
				2292	
				2293	
				2294	
				2295	
				2296	
				2297	
				2298	
				2299	
				2300	
				2301	
				2302	
				2303	
				2304	
				2305	
				2306	
				2307	
				2308	
				2309	
				2310	
				2311	
				2312	
				2313	
				2314	
				2315	
				2316	
				2317	
				2318	
				2319	
				2320	
				2321	
				2322	
				2323	
				2324	
				2325	
				2326	
				2327	
				2328	
				2329	
				2330	
				2331	
				2332	
				2333	
				2334	
				2335	
				2336	
				2337	
				2338	
				2339	
				2340	
				2341	
				2342	
				2343	
				2344	
				2345	
				2346	
				2347	
				2348	
				2349	
				2350	
				2351	
				2352	
				2353	
				2354	
				2355	
				2356	
				2357	
				2358	
				2359	
				2360	
				2361	
				2362	
				2363	
				2364	
				2365	
				2366	
				2367	
				2368	
				2369	
				2370	
				2371	
				2372	
				2373	
				2374	
				2375	
				2376	
				2377	
				2378	
				2379	
				2380	
				2381	
				2382	
				2383	
				2384	
				2385	
				2386	
				2387	
				2388	
				2389	
				2390	
				2391	
				2392	
				2393	
				2394	
				2395	
				2396	
				2397	
				2398	
				2399	
				2400	
				2401	
				2402	
				2403	

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA		ANEXO	FL 02 R\$ 1,00	
CODIGO	1	ESPECIFICAÇÃO	1 FT 1	VALOR
		1 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	1	
		1- ENTIDADES VINCULADAS	1	
		1	1	
		1 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	1	
		1 AOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ -	1	
		1 IFE	1	
1990.10.71		1 EXCESSO DE ARRECADACAO - DIRETAMENTE	1 71	7.793.82711002
		1 ARRECADADOS	1	
T O T A L			1	7.793.8271

ANTEPROJETO DE LEI

MENSAGEM Nº 104/94

Curitiba, 30 de agosto de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED, a que se refere o art. 227 da Constituição Estadual.

A medida ora proposta, consubstanciada em estudos realizados por órgãos técnicos do Poder Executivo, além de ensejar o cumprimento do referido dispositivo constitucional, visa criar condições que assegurem o pleno exercício da cidadania em nosso Estado e que beneficiem o conjunto da população paranaense nesse particular.

Para tanto e, principalmente, para consolidar uma política de direitos humanos na Administração Pública, que venha a nortear e sistematizar a atuação de seus agentes e organismos, nas relações sociais em prol dos segmentos populacionais mais carentes, é que se faz necessária a criação do referenciado Conselho, que deverá fazer parte integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Por oportuno, vale ressaltar que o plano ora proposto confere ao Colegiado atribuições bem definidas e plenamente compatíveis com a área das atividades que irá desenvolver. Quanto à sua estrutura, a medida procura organizá-la de forma a atender o disposto no já citado art. 227, da Carta Estadual, garantindo, ainda, a participação de representantes, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo, com atuação nas áreas de saúde, educação, segurança e meio ambiente.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

Art. 1º - Fica criado, nos termos do art. 227, da Constituição Estadual, o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

Art. 2º - Ao Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná compete:

I - a definição da política e a formulação das diretrizes e de programas a nível estadual, destinados a divulgação, a sistematização e ao desenvolvimento da proteção dos direitos humanos;

II - a promoção de estudos, de pesquisas e de publicações sistemáticas de temas relativos à liberdade, à democracia e à justiça social;

III - a realização de cursos e de outros eventos objetivando a divulgação e o respeito aos direitos humanos;

IV - a cooperação e o firmamento de convênios com órgãos federais, estaduais e municipais na consecução de meios destinados à defesa dos direitos e garantias fundamentais;

V - o fomento de intercâmbio com outras organizações congêneres nacionais e internacionais, e a contribuição com iniciativas pertinentes à área dos direitos humanos;

VI - o recebimento e o encaminhamento a quem de direito e o acompanhamento de denúncias e queixas de violações dos direitos humanos individuais e coletivos assegurados nas Constituições Federal e Estadual;

VII - a recomendação e a colaboração para com o aperfeiçoamento dos serviços públicos, notadamente no que concerne à adequação profissional e cívica de seus integrantes, com vistas à conciliação entre o exercício das funções administrativas e o respeito aos direitos humanos;

VIII - a manutenção atualizada da documentação e da legislação pertinente à área de direitos humanos;

IX - a instituição de comissões ou grupos de trabalho;

X - a elaboração do seu regimento interno.

Art. 3º - O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná será composto por 15 (quinze) membros nomeados pelo Governador do Estado, a saber:

I - o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania;

II - 01 (um) representante do Poder Legislativo;

III - 01 (um) representante do Poder Judiciário;

IV - 01 (um) representante do Ministério Público;

V - 01 (um) representante da O.A.B. / Seção Paraná;

VI - 01 (um) representante de associações representativas da comunidade;

VII - 08 (oito) membros de livre escolha do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania;

VIII - o Chefe da unidade administrativa responsável pela atividade afim na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

§ 1º - Os representantes a que se referem os incisos II a V serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições.

§ 2º - O representante previsto no inciso VI será indicado de comum acordo pelas associações das comunidades cadastradas na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

§ 3º - Dentre as vagas referidas no inciso VII, 4 (quatro) serão preferencialmente preenchidas por: 01 (um) membro com atuação na área da saúde, 01 (um) membro com atuação na área da educação, 01 (um) membro com atuação na área da segurança e 01 (um) membro com atuação na área do meio ambiente, estes da administração pública do Poder Executivo Estadual.

§ 4º - O COPED será presidido pelo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, tendo como Secretário Executivo o chefe da unidade administrativa responsável pela atividade afim no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

§ 5º - O COPED contará com um vice-Presidente a ser eleito entre seus pares.

§ 6º - O Presidente do COPED será substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-Presidente, e na ausência simultânea de ambos presidirá o colegiado o seu conselheiro mais antigo.

Art. 4º - Com exceção do Presidente e do Secretário Executivo do COPED, todos os

seus demais membros terão mandato de 02 (dois) anos.

§ 1º - Considerar-se-á cessada a investidura na função de membro do COPED de qualquer dos integrantes do colegiado que representem as instituições e órgãos mencionados nos incisos II a VI do art. 3º, pela conseqüente perda dessa condição.

§ 2º - Nos casos de vacância na composição do Conselho, o Governador do Estado do Paraná nomeará substituto para a complementação de mandato, conforme o disposto no art. 3º.

Art. 5º - A função de conselheiro do COPED não será remunerada, sendo considerada como de relevantes serviços prestados ao Estado.

Art. 6º - Ao Presidente do COPED caberá além do voto singular o de qualidade.

Art. 7º - O COPED contará com o apoio material, técnico, operacional e financeiro da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 8º - O Regimento Interno do COPED será aprovado através de ato próprio do chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIOS

315/94: de autoria do Poder Executivo, que objetiva criar o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED, a que se refere o art. 227 da Constituição Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1607/94, expedido pelo Senhor Nestor Baptista, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, datado de 31/08/94, encaminhando Anteprojeto de Lei nº

316/94: de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos membros do corpo especial e da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1º de setembro de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 1607/94, expedido pelo Senhor Nestor Baptista, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, datado de 31 de agosto de 1994, que encaminha Anteprojeto de Lei nº

317/94: de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que objetiva reajustar o

vencimento básico do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de setembro de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 703/94, expedido pelo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, datado de 06/09/94, encaminhando Anteprojeto de Lei nº

318/94: de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que objetiva reajustar o vencimento básico do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 773/94, expedido pelo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, datado de 05.09.94, encaminhando Anteprojeto de Lei nº

319/94: de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 774/94, expedido pelo Senhor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, digníssimo Procurador Geral da Justiça, datado de 05.09.94, encaminhando Anteprojeto de Lei nº

320/94: de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que objetiva reajustar o vencimento básico do cargo de Procurador Geral da Justiça, a partir de 1º de setembro de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1600/94, expedido pelo Senhor Nestor Baptista, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, datado de 31.08.94, encaminhando Anteprojeto de Lei nº

321/94: de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que objetiva reajustar os níveis de vencimentos do cargo isolado de consultor técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de setembro de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1600/94, expedido pelo Senhor Nestor Baptista, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, datado de 31.08.94, encaminhando Anteprojeto de Lei nº

322/94: de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que objetiva reajustar o vencimento básico do cargo de Procurador Geral, junto ao Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de setembro de 1994.

Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 125/94

Senhor Presidente.

Este tem a finalidade de justificar nossa ausência na sessão plenária do dia de hoje, em função de termos marcado uma audiência com o Secretário de Estado da Saúde, para conversarmos sobre o Conselho Estadual.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 276/94, que declara de Utilidade Pública o "Centro Espírita Leocádio José Correia".

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 233/94, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Amorim Pedrosa Moleirinho.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 196/94, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Horácio Klabin.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 217/94, de sua própria autoria, que concede Título de Cidadania do Estado do Paraná ao Senhor Yasuhiro Iwata.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fulcro no disposto o art. 182 do Regimento Interno, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 121/94, que regulamentará, a nível estadual, a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, bem como o anexo do Projeto de Lei n° 221, de autoria do Poder Executivo, no projeto supra citado (121/94).

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4° do Art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER votação em bloco para as Proposições de Veto n° 053/94, aposto ao Projeto de Lei n° 185/94; 054/94, aposto ao Projeto de Lei n° 146/94; 059/94, aposto ao Projeto de Lei n° 172/94; 055/94, aposto ao Projeto de Lei n° 044/94; e 061/94, aposto parcialmente ao Projeto de Lei n° 123/94, itens 1, 2, 3, 4 e 5, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no disposto pelo § 2° do artigo 171 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, destaque para a discussão e votação da Proposição de Veto n° 061/94, aposto ao Projeto de Lei n° 123/94, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 2114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de

sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de Comissão Geral de Plenário para a Ordem do Dia de amanhã.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(aa) ÉLIO RUSCH

HEINZ HERWIG

PAULO MAIA

RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a anexação do Projeto de Lei n° 200/94 ao Projeto de Lei n° 307/94, devido ao fato de ambos tratarem do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações para o 140° aniversário da Polícia Militar do Paraná, que se completou no dia 10 de agosto próximo passado.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2000

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de congratulação a FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que no dia 18 de agosto comemora 50 anos de existência.

A FIEP, desde que foi fundada e homologada em 1994 pelo Ministro Alexandre Marcondes Ferraz, vem auxiliando todos os setores ligadas à indústria no Estado do Paraná.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à FIEP, sito à Av. Cândido Abreu, 200 - N/Capital.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2001

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto

de congratulações ao Radiologista Neoli Nunes da Silva, pela implantação da Clínica PG Radiodonto, em Ponta Grossa.

A clínica iniciou seu trabalho de prestação de serviços a todos os profissionais da odontologia e da medicina da região de Ponta Grossa.

O investimento da clínica foi no sistema integrado de diagnóstico cefalométrico e calcográfico computadorizado.

Através da aquisição do equipamento italiano "Rotograph Plus", o último lançamento na Europa e nos Estados Unidos, Ponta Grossa se torna a terceira cidade do Brasil a contar com serviços de radiografias totalmente computadorizadas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Radiologista Neoli Nunes da Silva, na Clínica PG Radiodonto, à Rua Visconde de Nacar, 421, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2082

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, pelo lançamento da campanha com o seguinte slogan: Proteste de Verdade. Vote nos candidatos da região para poder exigir depois.

A campanha visa eleger o maior número de candidatos da região nas eleições que se avizinham e comprometê-los com o desenvolvimento do município, respeitando a representação que os eleitores lhe confiaram.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à ACIPG, em nome do Presidente, Senhor Renato Gomes Napoli, bem como em nome de toda a diretoria e dos funcionários, à Rua Com. Miró, 860, Caixa Postal-960, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2142

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso à Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP, que no dia 27 de agosto do corrente, inaugurou mais 45 (quarenta e cinco) novos apartamentos na colônia de férias localizada no Balneário de Caiobá.

Trata-se de um acontecimento muito importante, beneficiando todos os servidores públicos estaduais, os quais têm ao

seu dispor mais estas unidades para o seu lazer.

É de se destacar o trabalho honesto e progressista que vem realizando a Diretoria Executiva e Conselho da ASPP, sob o comando de seu Presidente da Diretoria Executiva - Brasil Paraná de Cristo e o Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal - Ademilson José Miranda, demonstrando interesse em proporcionar aos seus associados o que de melhor eles merecem. Só temos a aplaudir o feito, cumprimentar as partes e desejar sucesso a todos que trabalham nessa Associação.

Esta Casa deve manifestar-se, através deste voto de congratulações, como forma de engrandecer aqueles que somam esforços em prol do servidor estadual!

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rebouças pela passagem de seus 64 anos de emancipação política, em 21.09.94.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal, João Predrolin de Toledo, ao vice-Prefeito, Sr. Hélio Pereira Marques, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a lobo-riosa população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de Rebouças completa seus 64 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão contribuiu para despertar a crença num futuro promissor voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto, na significativa data de 21 de setembro que assinala os 64 anos de Rebouças, queremos prestar nossa homenagem a essa população trabalhadora.

Ao contentamento de toda a população de Rebouças o Poder Legislativo do Estado do Paraná através deste Deputado, se associa como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso, graças ao trabalho eficiente do Executivo Municipal e sua equipe de colaboradores.

REQUERIMENTO N° 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Mônica pelo transcurso de seu 1° aniversário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Valdenir Antonio Palmieri, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Ademir Pereira dos Santos e a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de SANTA MÔNICA.

Sala das Sessões, em 12.08.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 10 de setembro/94, o Município de Santa Mônica estará comemorando seu 1° aniversário. Tendo à frente o Prefeito Valdenir Antonio Palmieri, que ao iniciar sua administração apontou como uma das prioridades o fortalecimento da atividade agrícola do Município que tem sua base de sustentação nos pequenos agricultores.

Temos absoluta certeza que o atual Prefeito tudo fará para conduzir da melhor maneira possível colocando em prática uma série de programas que beneficiarão toda a população laboriosa de Santa Mônica, que depositou toda a confiança em seu Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores que compõem o atual Legislativo Municipal.

É, portanto, na significativa data que marcará o 1° aniversário, que toda a população é credora de nossa homenagem e reconhecimento.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo irá conquistar com muito trabalho e dedicação e o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se tornará em realidade.

A este contentamento da população de Santa Mônica, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado se associa como representante da região, pois, estamos felizes todos que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso graças ao Prefeito Valdenir e sua equipe de trabalho.

REQUERIMENTO N° 2095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mallet pela passagem do seu 82° Aniversário de Emancipação Política.

Curitiba, segunda, em 12.09.94

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Cesar Loyola Flenik, ao vice-Prefeito Sr. Julio Bilek, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que, no próximo dia 21 de setembro, a população de Mallet irá comemorar festivamente o transcurso do se 82° Aniversário de Emancipação Política.

O atual Prefeito Cesar Loyola Flenik vem conduzindo, da melhor maneira possível, os destinos de Mallet, colocando em prática uma série de programas que só trarão benefícios à toda população, que com muito trabalho vem dando sua parcela de contribuição para o crescente progresso do Município.

Temos absoluta certeza que o Município de Mallet com seus administradores de todos os tempos preocupados e compromissados com o bem-estar da população, principalmente seu atual Prefeito que não mede esforços e continua lutando para cada vez mais melhorar as condições de vida do seu povo que caminha a passos certos rumo ao desenvolvimento.

Portanto, a principal razão da alegria e contentamento da população malletense e contar com um Prefeito administrador, honesto que vencendo todos os obstáculos procura a cada momento descobrir o que será melhor para o seu Município e sua população que têm motivos justos para comemorar seus 82 anos de emancipação política.

Por toda essa dedicação, trabalho e esforço da população de Mallet ao longo de todos esses anos, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado representante da região, registra este voto na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO N° 2096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Município de São Mateus do Sul, pelo transcurso, do 86° Aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 21 de setembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Argos Fayad, ao vice-Prefeito Sr. Laurival Mayer, assim

como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

21 de Setembro, significativa data que marcará o transcurso dos 86 anos de emancipação política de São Mateus do Sul.

Toda a população de São Mateus do Sul é credora de nossa homenagem e reconhecimento pelo trabalho e dedicação que com o respaldo de seus representantes vêm desenvolvendo em prol do progresso cada vez maior do Município.

Foi graças às suas riquezas naturais que São Mateus do Sul conseguiu seu grande desenvolvimento para orgulho de seu povo e dos paranaenses.

Com todo o respeito e admiração que a população de São Mateus é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuará tudo fazendo para a grandeza de seu Município.

REQUERIMENTO N° 2021

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso à CIA. FIAT LUX DE FÓSFOROS DE SEGURANÇA, que comemora 90 (noventa) anos de funcionamento em nosso País.

Trata-se de uma excelente empresa, gerando milhares de empregos, com bom atendimento ao público e merecedora de nossos melhores cumprimentos, por quase um século de existência. Nestes 90 anos de formidável vida empresarial, a Cia. Fiat Lux sempre soube granjear o respeito e a admiração de todos.

Produzindo com qualidade, responsabilidade social, é de se destacar este marco, dos 90 anos de vida, pois no Brasil não é fácil uma empresa sobreviver por tantos anos.

Estendemos estes cumprimentos à toda a sua Diretoria, seu corpo de funcionários, responsáveis que são, todos eles, por esta magnífica marca: 90 anos de vida!

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, o voto de louvor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à TELEPAR, pela

criação do Conselho de Cultura.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Presidente da TELEPAR, Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, 12.09.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Foi criado o Conselho de Cultura da TELEPAR, pelo Presidente da mesma, como comprova o Ato de Serviço n° 094/94, de 12 de agosto de 1994.

"Justifica-se a criação do Conselho de Cultura da TELEPAR pelo interesse de dotar a empresa de uma estrutura ao mesmo tempo ágil, sem ônus e eficiente para atender o relevante papel da TELEPAR como autora da consciência científica e cultural da comunidade paranaense."

REQUERIMENTO N° 2066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de louvor ao jornalista Nei Inácio, da CNT, pela reportagem "Descuidistas do Transporte Coletivo de Curitiba", dando-se ciência ao mesmo, através da emissora de televisão sediada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Nei Inácio, usando uma câmera escondida, mostrou muita eficiência e detalhes nas imagens, a maneira de agir das quadrilhas que atuam nos transportes coletivos desta Capital.

A excelente reportagem deixa claro os perigos a que os usuários dos transportes se expõem diariamente, ficando à mercê dos punquistas, que agem com a colaboração de outros meliantes, os quais fazem com que as vítimas se distraiam e não ofereçam qualquer resistência aos furtos por eles praticados, geralmente à luz do dia.

O trabalho realizado pelo jornalista Nei Inácio, chega a possibilitar a identificação dos "descuidistas" e seus asseclas, que agem com a maior naturalidade, sem serem admoestados e nem molestados pelos agentes da Lei.

O caso requer uma rápida resposta da Polícia, pois da forma como as imagens foram mostradas, não será difícil identificar os "punquistas", que deverão ser afastados da sociedade, em defesa desta. Pelo aspecto positivo que se possa tirar das imagens geradas pela corajosa reportagem, é que a mesma se torna merecedora de nosso reconhecimento, razão da propositura do presente voto de louvor.

REQUERIMENTO N° 2069

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se registre nos Anais desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso a Senhora IVANIR BRUSK DA COSTA, Diretora da Hospedaria Nossa Senhora Aparecida, que funciona próximo ao Hospital Erasto Gaertner, oferecendo atendimento às famílias do interior que aqui se dirigem, para tratamento naquele exemplar hospital de nossa Capital.

É um atendimento carinhoso, repleto de amor e que ameniza o intenso sofrimento que estas famílias convivem com seus familiares, vítimas de um mal tão aflitivo que que, graças à Deus, encontram neste hospital um tratamento correto. Esta Hospedaria é exemplo de atividade humanística, comunitária e de amor ao próximo.

Esta Casa deve se manifestar à respeito, saudando sua existência!

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2070

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se registre nos Anais desta Sessão, voto de louvor, muito aplauso e congratulações ao médico MARCOS PAROLIM CECCATTO, que há anos se dedica às crianças, seja no atendimento médico-hospitalar, seja nas atenções que atribui ao estudo das doenças infantis.

Trata-se de um profissional dos mais competentes, inteiramente dedicado às crianças e com exemplar trabalho no Hospital das Clínicas. São médicos assim que nossa sociedade precisa, para consolidar melhorias na saúde de nosso povo, notadamente de nossas crianças.

Cabe, portanto, a manifestação desta Casa, contemplando o formidável trabalho do Médico Pediatra Doutor Marcos Parolim Ceccatto.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2071

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça o registro nos Anais desta Casa, de voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao empresário ARILDO HORNIG ("CHUMBO"), sediado na localidade de Feicho/Botiatuva, no Município da Lapa, há 7 anos, com estabelecimento comercial varejista e atendendo com muito denodo a todos os seus milhares de consumidores.

Trata-se de um empresário de muita luta, dedicação ao seu trabalho e que soube angariar o respeito e a admiração de todos que ali residem e que o procuram com frequência.

Esta Casa deve se manifestar e promover o reconhecimento de todos nós ao magnífico trabalho deste empresário.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2072

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça o registro nos Anais desta Casa, de voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao empresário JOSÉ ALTAIR HORNIG ("ALTIO"), localizado na Cidade da Lapa, na localidade de Feicho, onde desenvolve com muita competência e dedicação suas atividades de comerciante, atendendo com carinho toda sua comunidade, há mais de 10 anos.

Conhecido por todos, sempre disposto ao atendimento de seus amigos e consumidores, granjeou a simpatia de toda a localidade. Esta Casa deve se manifestar e saudar sua existência.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Administração, Senhor GILBERTO SERPA GRIEBELER.

Do presente, seja comunicado o próprio interessado.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O referido voto de louvor vem enobrecer o grande trabalho realizado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário GILBERTO SERPA GRIEBELER, pelo oferecimento de grande resolutividade aos problemas de natureza funcional que se acumularam nos últimos anos na Secretaria de Estado da Administração, demonstrando assim, grande sensibilidade na Política de Gerenciamento de Recursos Humanos do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Senhor RONAL-

DO ANTONIO BOTELHO.

Do presente, seja comunicado o próprio interessado.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O referido voto de louvor, vem, enobrecer o grande trabalho realizado pelo Exmo. Sr. Secretário RONALDO ANTONIO BOTELHO, através da municipalização dos PROCON's, a continuidade da Política de Humanização, na reabilitação dos detentos do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná e pela preocupação na criação da Comissão Revisora para as Sentenças Criminais, prestando assim ao povo paranaense grandes conquistas e melhorias na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Após a sua assunção, percebeu-se uma maior tranquilidade no seio da família paranaense, em virtude de seus trabalhos realizados, encorajando ainda mais o nosso povo a lutar por um Estado e um País bem melhor e com mais segurança.

REQUERIMENTO N° 2103

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao eminente Jurista Walter Borges Carneiro, nomeado para o Tribunal de Justiça do Paraná, onde exercerá as funções de Desembargador. Trata-se de notável advogado, conhecedor profundo das leis deste País e que com toda certeza irá enriquecer aquela elevada Corte de Justiça dos paranaenses. Sua nomeação reconhece seu saber jurídico, sua competência e histórica participação da vida forense do Paraná.

É importante o reconhecimento desta Casa, manifestando todo o contentamento de todos os paranaenses por sua ascensão ao Tribunal de Justiça do Paraná!

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2116

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Senhor Hamilton José Grande Martins, líder comunitário do bairro do Pinheirinho, em nossa Capital.

Trata-se de uma personalidade muito querida naquela região, trabalhadora, honesta, sempre dedicada à causa comum e que granjeou de sua comunidade o melhor carinho, respeito e admiração.

Esta Casa, como sempre fez, deve enaltecer figuras como o Senhor Hamilton José Grande Martins.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário que seja remetido à Procuradoria Geral da Justiça, xerocópia da reportagem publicada no Jornal Folha de Londrina, para que sejam tomadas as devidas providências. (matéria: "Caso Ferreirinha - Iguazu sabia do assassinato de Afrânio")

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

Política

Senhor Presidente

Iguazu sabia do assassinato de Afrânio

Ex-integrante do staff de Rorato diz que narrado da morte do falso pistoleiro foi associada por assessor de Afrânio

Um ex-integrante do staff de Rorato, o deputado estadual Afrânio, afirmou que a morte do falso pistoleiro foi associada por um assessor de Afrânio. Segundo ele, o assessor teria dito que a morte de Afrânio foi planejada por Rorato e que ele sabia disso antes da morte de Afrânio. Afrânio afirmou que ele não sabia nada sobre a morte de Afrânio e que ele não estava envolvido no caso. Ele também afirmou que ele não sabia nada sobre a morte de Afrânio e que ele não estava envolvido no caso.

Por volta de 11 horas, Afrânio foi levado ao hospital e morreu às 13 horas. Ele estava com 45 anos de idade e era casado com uma mulher com quem tinha dois filhos. Afrânio era um político ativo e tinha sido eleito deputado estadual em 1992. Ele também tinha sido eleito vereador em 1988 e 1992.

O caso de Afrânio é considerado um dos mais recentes em uma série de assassinatos de políticos no Paraná. O último assassinato de um político no Paraná foi o de Rorato, em 1992. Rorato foi assassinado por um grupo de pessoas que se autodenunciaram como "Forças Armadas do Brasil".

O caso de Afrânio está sendo investigado pela Polícia Civil e a Polícia Militar. Os investigadores estão tentando encontrar os responsáveis pelo assassinato de Afrânio e os motivos para o crime.

O caso de Afrânio também está sendo investigado pelo Ministério Público. O Ministério Público está tentando determinar se houve corrupção ou outros crimes envolvidos no caso de Afrânio.

O caso de Afrânio é considerado um dos mais recentes em uma série de assassinatos de políticos no Paraná. O último assassinato de um político no Paraná foi o de Rorato, em 1992. Rorato foi assassinado por um grupo de pessoas que se autodenunciaram como "Forças Armadas do Brasil".

REQUERIMENTO N° 2024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de mensagem ao Senhor Mário Pereira, Governador do Estado do Paraná, solicitando abertura de crédito especial, junto ao BANESEADO para aquisição de veículos de trabalho para taxistas autônomos.

Esse requerimento visa dar melhores condições de trabalho aos taxistas, bem como um melhor atendimento aos usuários, pois permitirá a renovação da frota de taxis do Estado. Permitirá ainda, a abertura de novos postos de trabalho para a categoria sob condições mais favoráveis, pois uma vez proprietário de seu veículo de trabalho terá possibilidades de obter uma melhor renda com o fruto de seu labor.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 2065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, faz um apelo à General Motors - GM para a instalação de uma de suas fábricas para produção do modelo Corsa, no Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

"O Paraná é um forte candidato a receber uma das duas fábricas que a General Motors - GM, construirá no País para a produção do Corsa. Os outros Estados que disputam a preferência são Santa Catarina, São Paulo (interior), Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A empresa ainda não definiu em qual vai instalar as fábricas, mas o Paraná tem boas chances de ser escolhido por possuir um porto bem equipado (Paranaguá), uma boa rede de transportes, estar próximo de um forte mercado fornecedor de peças (a grande São Paulo e o Norte de Santa Catarina), além de contar com 90% dos requisitos de infraestrutura exigidos pela montadora.

A fábrica que pode vir para o Paraná tem uma finalidade certa: produzir cerca de 70 a 100 mil unidades/ano de Corsa - o carro popular da GM que apesar do sucesso, ocupa o terceiro lugar entre os mais vendidos, atrás respectivamente do Uno e do Gol, por estar em falta no mercado nacional. A montadora vai investir mais de US\$ 200 milhões nesta fábrica, que gerará pelo menos 2.000 empregos diretos, utilizando uma área de 300 mil m2, dos quais 60 mil m2 serão de área coberta.

De acordo com a assessoria de imprensa da GM, o anúncio de onde ficarão as fábricas só será feito depois das eleições de 3

de outubro, e que uma vez escolhidos os locais a idéia é iniciar a construção já em janeiro de 95. Embora 18 meses de obras seja um prazo muito curto, a assessoria antecipou que a intenção da empresa é inaugurar as fábricas já em meados de 96." (Texto transcrito do "Jornal Indústria e Comércio" de terça-feira, dia 30 de agosto de 1994, página A-7)

REQUERIMENTO N° 1992

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Augusto Plenário, seja oficiado o Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, para que estude a viabilidade de ser construída a cobertura para a quadra esportiva da Escola Especializada Pequeno Lar, da APAE, em Marechal Cândido Rondon, cujo prédio é de propriedade do Estado do Paraná.

Requer ainda que do aprovado, seja encaminhado cópia à Presidente da Escola, Senhora Vera Beatriz Tomimatsu, a Rua Sergipe, 391 - CEP:85960-000, Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O expediente encaminhado pela Presidência da APAE rondonense (cópia apensa), bem justifica os motivos para que faça o presente requerimento, a fim de propiciar condições adequadas para o atendimento de 81 pessoas portadoras de deficiência.

REQUERIMENTO N° 2009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiada encaminhamento ao Congresso Nacional no sentido de viabilizar a tramitação e conseqüente votação da Medida Provisória n° 477 de 20/04/94 que trata do Programa Emergencial de Recuperação das Rodovias Nacionais.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A aprovação desta Medida Provisória é essencial, pois viabilizará urgentemente a recuperação da malha rodoviária federal, que praticamente não existe mais em algumas regiões do País, como por exemplo às BR-153 - União da Vitória divisa do PR/SC e BR-476, São Mateus a União da Vitória. Estes trechos de rodovia federal, tem sido palco de lamentáveis acidentes, além de dificultar e encarecer o tráfego de veículos pesados e leves, que utilizam diariamente este corredor rodoviário, correndo riscos de toda ordem, por não dispor de outra alternativa.

Assim, faz-se necessário alocar recursos emergentes para a recuperação imediata da malha rodoviária federal.

REQUERIMENTO N° 1971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde e Hospital do Município de Quinta do Sol.

A presente solicitação, visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem condições financeiras para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos ao Posto de Saúde e Hospital do Município de Corumbataí do Sul.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem condições financeiras para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Senhor Elerian do Rocio Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para ampliação da Escola Estadual 29 de Novembro, no Município de Araruna.

A presente solicitação visa suprir a falta de espaço físico para o atendimento da clientela estudantil do município.

A falta de espaço já causou a desativação da sala de vídeo, sala de laboratório de ciências, para tornarem-se salas de aula.

A necessidade é de no mínimo mais duas

salas de aula, um laboratório, uma sala de vídeo, uma cozinha com refeitório e uma sala ampla de multi-uso; recapeamento de quadra de esporte e cobertura da mesma.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de 50 (cinquenta) módulos sanitários no Município de Peabiru.

A presente solicitação prende-se ao fato da real necessidade de atendimento à população.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1976

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado, Senhor Mário Pereira, e ao Secretário de Ação Social, Senhor Newton Sérgio R. Grein, solicitando explicações sobre a extinção do Programa Nosso.

A extinção do Programa Nosso, continua sem explicação plausível, enquanto isso muitas microempresas vêm sendo prejudicadas.

Em Ponta Grossa, o Programa Nosso, não só atende a um número considerável de microempresas, como é realmente bem sucedido. Trata-se, portanto, de um empreendimento, que além de gerar empregos, contribui para o crescimento industrial e comercial do Estado.

Existe grande urgência no esclarecimento desta extinção, para que o Estado do Paraná não venha a perder.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de efetuar o policiamento na cancha de areia localizada dentro de um barracão, situado na rua João Deladona, atrás do Colégio Três Marias - São Brás, tendo em vista que o local está se tornando um

antro de maconheiros e muitos jovens estão se envolvendo.

O pedido está sendo feito por uma mãe desesperada, pois tem um filho e tem medo que ele se envolva com drogas. Pede ainda, para o bem da comunidade, que essa cancha seja fechada, pois ao invés de ser um local para se praticar esportes, tornou-se muito perigoso. Solicita-se providências urgentes, antes que algo mais grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de estender a rede de abastecimento de água na Rua Pedrine Acorde Costa, localizada no bairro Ganchinho. Ocorre que há a rede até a metade da rua e a outra metade não dispõe desse serviço de primeira necessidade.

Pedem os moradores que o seu pedido seja atendido, uma vez que inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2018

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus Santo Antonio, os quais solicitam uma melhor organização no embarque e desembarque no terminal Maracanã em Colombo.

Pedem que o problema seja resolvido, tendo em vista que não há uma fila organizada, causando muitos transtornos a todos os usuários.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2019

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento nas ruas do bairro Santa Amélia, principalmente no período da noite, devido estar

ocorrendo muitos assaltos e roubos nas casas.

O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro, uma vez que todos estão muito apreensivos devido a presença constante de ladrões no local.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2020

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema que está ocorrendo no esgoto da Rua Del. Miguel Zacarias, n° 375 - Conjunto Abaeté I - Bairro Boa Vista.

Ocorre que essa rua é caída e o esgoto de uma residência próxima fica depositado em um terreno baldio que faz fundos com a casa do endereço citado acima, causando um mau cheiro insuportável e a proliferação de moscas é enorme, colocando em risco a saúde de todos os moradores do local.

Pede-se providências urgentes devido o problema estar prejudicando muitas pessoas.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2032

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que os moradores da Rua Dr. Arlindo Moura, proximidades do n° 92 - Jardim Califórnia, no bairro Mossunguê, disponham dos serviços daquela empresa.

Ocorre que aquela rua não tem CEP e as correspondências não chegam nas residências, dificultando muito a vida de todas as pessoas.

Pedem os moradores que o pedido seja atendido, uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2033

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de executar serviços de desentupimento da rede de esgoto da Rua Guy de Mau-

passant, n° 14 - Bairro Pilarzinho, sendo que os detritos ficam depositados no quintal do endereço citado.

O pedido está sendo feito pela moradora do local, a qual pede urgência no atendimento, tendo em vista que muitos transtornos estão sendo causados, além do mau cheiro insuportável existente.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2034

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Bairro São Braz, quanto a instalação de um aparelho telefônico público à Rua Angelo Massigna, n° 29, na Lanchonete Dalacorti.

Pedem os moradores das proximidades que o presente pedido seja atendido, uma vez que inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2035

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de colocar lâmpadas nos postes da Estrada de Butiá com Travessa 1, no bairro Jardim Secom.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, tendo em vista que à noite o local fica às escuras, tornando-o muito perigoso.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2036

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes Sr. Roberto Blasi Lobo, solicitando a sinalização e a realização da operação tapa buracos na Rodovia do Café, entre Ponta Grossa e Londrina.

A Rodovia encontra-se danificada em vários pontos, apesar de já ter sido realizado uma operação tapa buracos, a estrada ainda apresenta alguns pontos críticos.

A sinalização é outro ponto da estrada que incomoda as pessoas que por ali transitam, principalmente no período noturno, onde a frequência de acidentes é maior.

Esta medida é importante e urgente para assegurar conforto e tranquilidade para os usuários da Rodovia do Café.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto da Rua Iolando João Tununelo, proximidades do n° 05, no Bairro do São Braz, tendo em vista fazer muita falta a todos os moradores. Pedem eles que o pedido seja atendido, uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas com esse serviço de primeira necessidade para a comunidade.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Requião, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando averiguação e providências sobre o desmatamento que ocorreu no Parque Cachoeira, localizado no Município de Araucária, solicitando que ocorra punição aos responsáveis por tal atitude.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos denúncia de moradores de Araucária, relatando o desmatamento que houve no Parque Cachoeira.

Essa denúncia deve ser apurada, pois a propaganda da prefeitura Municipal distribuída nas escolas é: "Adote sua cidade, preserve as árvores", enquanto que na prática, pelas informações que obtivemos, a Prefeitura deu ordens para cortar as árvores do referido parque.

Nesse sentido, é fundamental investigar para que não se agrave ainda mais o processo de degradação do meio ambiente em nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus Rio

Verde, os quais solicitam que seja aumentado número de pontos na Rua Gustavo Kabitschke - Colombo, tendo em vista que os que lá existem, ficam muito longe um do outro, causando muitos transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do local, os quais solicitam a colocação de lâmpadas nos postes dos bairros Jardim Independência e Afonso Pena, tendo em vista que à noite esses lugares ficam às escuras. Pedem ainda que, nos postes em que há lâmpadas, elas estão muito fracas, e necessitam ser trocadas por novas.

A solicitação está sendo feita devido muitos estudantes ao voltarem das aulas à noite passarem por sérios perigos, pois a escuridão é total.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2043

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de realizar serviços de desentupimento de esgoto localizado na Rua Maracanã n° 11, esquina com a Rua Gedeon - São Braz.

O pedido está sendo feito pela moradora do endereço citado, a qual solicita que o problema seja resolvido o mais breve possível.

Sala das Sessões, 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2044

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de fiscalizar o ônibus da linha Parque São Jorge, de Almirante Tamandaré, sendo que o mesmo trafega sempre com muita sujeira.

O pedido está sendo feito pelos usuários do mesmo. Pedem ainda que sejam colocados mais carros na linha Alimentador/

Prefeitura ou São Francisco, uma vez que os que estão circulando, não estão dando conta da demanda de usuários.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2045

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema de falta de água na Rua Manoel Eufrásio, 240 - bairro Juvevê. Ocorre que há mais de um ano os moradores ficam sem água o dia todo e à noite quando vem, não há pressão e vem suja. Já foi feita nova canalização, mas não resolveu o problema.

Pedem que o pedido seja atendido, tendo em vista que a situação encontra-se crítica.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2046

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de executar serviços de manilhamento na Rodovia do Xisto n° 6060 - Km 21 e ao lado da concessionária Missões Guarani. Com as chuvas e a erosão as valetas estão aumentando, servindo de depósito de lixo.

Afirmam os moradores do local que a Prefeitura Municipal tem as manilhas, porém já foram feitos vários pedidos mas não foram atendidos. Pedem providências urgentes antes que algo mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2047

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema de falta de água que ocorre constantemente na Rua Santa Gema Galgani - bairro da Barreirinha. As reclamações são frequentes, os moradores ficam vários dias sem água, dificultando os afazeres das donas de casa. Apesar de nunca ter água, o valor das taxas está sempre subindo.

Pede-se providências urgentes, uma vez que a conta de água vem todos os meses pa-

ra serem pagas.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Elerian do Rocio Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cancha esportiva na escola da localidade de Poço Bonito no Município de Rebouças.

A presente solicitação visa beneficiar não apenas os estudantes, mas toda a comunidade, que não possui um local apropriado para a prática de esportes.

Sala das Sessões em, 12.09.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde e ao Hospital Regional de Irati.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem condições financeiras para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Salas das Sessões, em 12.09.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário do Ensino Superior Ciência e Tecnologia, Sr. Adhail Sprenger Passos, solicitando que a Secretaria forneça ao MEC e ao CFE, todos os dados sobre a atual situação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo fato de a mesma ter sido considerada perante os meios de comunicação como uma das piores do Brasil.

A UEPG, sempre foi uma instituição respeitada a nível nacional, ao longo dos anos vem formando profissionais de alta capacidade que reverterem seu aprendizado em auxílio a sociedade brasileira.

Esperamos um manifesto positivo e urgente a favor da Universidade, para que a

verdade venha à tona e mostre para Brasil que a UEPG sempre foi e será uma das melhores instituições de ensino superior do nosso país.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2073

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador de Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema da água suja que é fornecida aos moradores da Rua Eleusina Playsant, proximidades do n° 856 - Santa Quitéria.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que a água sempre está suja, causando muitos transtornos a todos, e ainda, pelo perigo de contração de doenças.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2074

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido feito por vários pais de alunos da Escola Estadual Homero Baptista de Barros - Capão Raso, os quais solicitam que não seja retirado o 1° grau dessa escola.

Afirmam eles que o estabelecimento de ensino é excelente, que eles estão muito satisfeitos com o rendimento escolar de seus filhos e caso seja eliminado o 1° grau, seus filhos serão sensivelmente prejudicados. Eles estão preocupados pois já não há o pré e nem a 1.ª série primária, no ano que vem será eliminada a 2.ª série e não sabem o que fazer, motivo que os levou a nos procurarem com o objetivo de que intercedêssemos junto à Secretaria da Educação no sentido de que as medidas administrativas relatadas não entrassem em vigor, caso contrário, só trarão prejuízos a todos os alunos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO 2075

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR, no senti-

do de atender o pedido feito pelos moradores do bairro Santa Felicidade, os quais solicitam que seja instalado um aparelho telefônico público na Rua Marcanjo Bianchini, em frente ao n° 64, tendo em vista que nesse endereço brevemente funcionará uma mercearia e será um local muito apropriado para a instalação do mesmo.

Pedem que a presente solicitação seja atendida, uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2076

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua 5 - Solar do Tanguá, os quais solicitam que sejam colocadas lâmpadas nos postes dessa rua, mais especificamente no poste em frente a casa n° 19.

O pedido está sendo feito devido à noite a rua ficar às escuras, tornando o local muito perigoso.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2083

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento no Parque São Jorge - Almirante Tamandaré, tendo em vista no local existir muitos maconheiros e aos assaltos frequentes que lá ocorrem.

O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro, sendo que eles se encontram muito apreensivos com a falta de policiamento lá existente.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2084

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da rua Paranaguá, localizada no Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a instalação de rede de água na mesma.

Afirmam eles que há três anos vêm reivindicando essa solicitação, mas infelizmente não são atendidos.

Pedem que o presente pedido seja atendido, uma vez que inúmeras pessoas estão sendo prejudicadas com a falta de água e caso atendidas, serão sensivelmente beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2085

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido de instalação de rede de energia elétrica na rua Paranaguá, localizada no Município de Almirante Tamandaré, feito pelos moradores do local. Afirmam eles que há três anos vêm fazendo esse pedido, porém não são atendidos.

Pedem que o presente pedido seja atendido, pois inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2086

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de proceder fiscalização no terminal Cachoeira, localizado no Município de Almirante Tamandaré, tendo em vista que a desorganização é geral no embarque e desembarque de passageiros.

O pedido está sendo feito pelos usuários dos ônibus, tendo em vista que estão ocorrendo muitos transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) Luiz Carlos Martins

REQUERIMENTO 2087

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Salvador de Maio, localizada no bairro do Jardim Botânico, os quais solicitam que seja instalado um aparelho telefônico público nesta via.

O pedido está sendo feito devido o te-

lefone público lá existente estar instalado muito longe desse local, obrigando as pessoas atravessarem a BR-116, no Hospital Erasto Gaertner, para telefonar, causando muitos transtornos a todos, além do perigo de atropelamentos que podem ocorrer.

Pedem que o pedido seja atendido, tendo em vista que inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2088

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelo morador à Rua Rodolfo Mehl n° 127, esquina com a rua Floripa Milmann, o qual solicita manilhamento em frente à sua residência, tendo em vista que mesmo não tem como pagar as manilhas. Ele afirma que são somente 09 (nove) manilhas, e com a falta delas, a construção de sua casa está impedida de continuar.

Pede que seu pedido seja atendido, uma vez que a falta dessas manilhas está dificultando muito a sua vida.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Júlio Hoog, proximidades do n° 598 - Moradias Orquídea - bairro do Xaxim.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, tendo em vista que os mesmos não dispõem desse serviço de utilidade pública e certamente serão muito beneficiados com a implantação da referida rede de esgoto.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2105

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de executar reparos na ponte de madeira localizada no final da Rua Orlando Perussi, tendo em vista que a mesma está em péssimas condições devido o apodreci-

mento das tábuas, dificultando a passagem de pedestres e veículos.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local os quais estão temerosos que algum acontecimento mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2106

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de proceder a limpeza de um terreno baldio localizado à rua Libéria esquina com a rua Gama - Vila Esplanada.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais também sugerem que este terreno possa ser utilizado pelas crianças para jogarem bola, pois na Campanha eleitoral para prefeito foi feita uma promessa de construção de um estádio de futebol e até a presente data nada foi feito. Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que muitas crianças e até os adultos serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de atender o pedido dos proprietários de residências no Balneário de Shangrilá, referente a coleta de lixo, reparos nas ruas e melhor iluminação pública.

Afirmam eles que não há coleta de lixo, as ruas encontram-se intransitáveis e a noite o local fica às escuras. Pedem que o presente pedido seja atendido, uma vez que todos serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2108

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de implantar rede de energia elétrica no loteamento Jardim Alvorada II - Almirante Tamandaré.

O pedido está sendo feito pelos moradores de loteamento tendo em vista que o mesmo já existe há dois anos e eles não

dispõem desse serviço de Utilidade Pública. Pedem que a solicitação seja atendida o mais breve possível, uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2109

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de reimplantar o pré-primário, 1° e 2° ano no Colégio Estadual Homero Baptista de Barros, tendo em vista a outra escola ser muito longe.

O pedido está sendo feito por uma mãe de alunos desse colégio, a qual tem um excelente conceito desse estabelecimento de ensino e pede que essas séries sejam extintas, pois muitas crianças estão sendo prejudicadas. Caso atendido seu pedido, tem a certeza que só trará benefícios para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2110

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Jardim Joaquim Ferreira Claudino - Jardim Cruzeiro, os quais solicitam que seja passado o anti pó nessa rua.

Afirmam eles que quando chove, há muita lama e com a seca, há muito pó, causando problemas respiratórios nas pessoas. Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que só trará benefícios a todos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2111

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de sanar o problema de falta de ônibus que vem ocorrendo na linha que atende os moradores do Loteamento Solar - Tanguá - Almirante Tamandaré.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que há pouco tempo atrás existiam os ônibus pira-

tas, os mesmos foram retirados e não foram substituídos, causando muitos transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2112

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus do Cerne - Almirante Tamandaré, para que o mesmo tenha o ponto final na Rua Paraná, esquina com a Rua Espírito Santo.

O pedido está sendo feito devido muitas pessoas serem beneficiadas com o ponto solicitado.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2113

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto às Ruas Bortolo Paulin e Francisco Zardo - Santa Felicidade.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, tendo em vista que os mesmos não dispõem desse benefício.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2117

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto à Avenida Napoleão Manosso, proximidades do n° 61 - Santa Felicidade, tendo em vista os detritos das casas estarem sendo depositados em fossas e as mesmas estarem cheias.

A situação é crítica e muitos transtornos são causados a todos. O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais solicitam que seja atendido o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2118

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar o anti pó na Rua 5 - Jardim Paraíso, tendo em vista que nessa rua passa o ônibus e o pó é insuportável.

Pede-se ainda que essa Municipalidade interceda junto à COMEC, quanto a colocação de coberturas nos pontos dos ônibus, pois os usuários ficam à ação de chuva e sol, sofrendo muito. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais também se propõem a pagar a taxa de anti pó.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2119

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de passar o anti pó na Rua Barnabel dos Santos - Jardim Ipê, tendo em vista ser uma rua em que trafega o ônibus e há muito pó no local.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais também solicitam que essa Municipalidade interceda junto ao Correio, a fim de que o carteiro entregue as correspondências nessa região. Pedem que as solicitações sejam atendidas, uma vez que todos os moradores serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2120

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver o problema de água suja que é fornecida às casas da Rua Pedro Constantino da Rocha - Conjunto Urano - São José dos Pinhais.

A reclamação está sendo feita pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que a água vem até com barro, sujando as roupas quando lavadas, além de ser muito prejudicial à saúde. Pede que o problema seja sanado o mais breve possível, pois há muitos anos que isso vem ocorrendo.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2121

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar anti pó ou asfalto na Rua São Jorge travessa com Rua Santa Bárbara, devido a existência de muito pó e quando chove, há muita lama. Solicita-se também a limpeza de uma valeta localizada em frente ao n° 70 da Rua Santa Bárbara, além de manilhamento devido o esgoto correr a céu aberto.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais pedem que essa Municipalidade interceda junto à COMEC no sentido de conseguir mais ônibus nas linhas Rápido-Metropolitano e Prefeitura, uma vez que há poucos carros circulando, demoram muito e quando chegam no terminal, forma-se um tumulto, pois não há organização nas filas. Pedem que seus pedidos sejam atendidos, pois só trarão benefícios para toda a população.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2122

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de colocar mais ônibus na linha Itaperuçu, tendo em vista que os horários têm muita diferença entre um e outro.

O pedido está sendo feito pelos usuários dessa linha, os quais afirmam que há um ônibus às 8hs5min e depois só às 9hs30min, causando muitos transtornos a todos, principalmente aos funcionários do hospital lá existente. Pedem que o pedido seja atendido, pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2123

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de limpar as valetas e arrumar a Rua Prudente de Moraes - Vila Amélia, tendo em vista os sérios problemas que estão causando a todos os moradores.

Pedem eles que o pedido seja atendido, uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2124

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de mudar de local um poste de luz da frente do n° 290, na Rua Guilherme de Souza Valente - Abranches, o qual está atrapalhando a entrada do carro do morador desse endereço.

Pede-se que o pedido seja atendido uma vez que muitos transtornos estão sendo causados ao requerente.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2125

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a colocação de lâmpadas na Rua das Laranjeiras, mais especificamente nas proximidades do n° 222, tendo em vista, o local ficar às escuras durante à noite.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais solicitam que o presente seja atendido, uma vez que beneficiará muitas pessoas.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2126

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de colocar uma lombada à Rua Haiti, proximidades do n° 232, - Rio Verde, tendo em vista que os caminhões andam em alta velocidade, fazendo muito pó, e conseqüentemente, causam muitos transtornos a todos os moradores do local, além do perigo de acidentes.

Pedem os moradores o atendimento do pedido, uma vez que só trará benefícios para a comunidade.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2127

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

Curitiba, segunda, em 12.09.94

seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal Colombo, no sentido de colocar anti pó à Rua Cascavel, proximidades do n° 1480 - Bairro Guaraituba, tendo em vista que até o ponto final do ônibus Jardim Guaraituba, tem o anti pó e depois não há.

Pedem os moradores que o pedido seja atendido, uma vez que com essa seca, existe muito pó, e com as chuvas, muita lama.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2128

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de que o ponto do ônibus da linha Colombo Nova e do Alimentador Califórnia voltem a ter parada no ponto antigo, mais especificamente na esquina da Estrada Nova de Colombo, com Nivaldo Aures.

O pedido foi feito pelos usuários desse ônibus, os quais afirmam que o novo ponto é muito longe, causando sérios transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2129

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Francisco Derosso, proximidades do n° 6370 - Alto Boqueirão, tendo em vista que os moradores do local não dispõem desse benefício.

Pede-se que o pedido seja atendido, uma vez que muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2130

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar um policial de trânsito em frente ao Colégio Estadual República Argentina, Portão, tendo em vista o local ser muito movimentado e os alunos

não terem segurança ao atravessarem a rua. O pedido está sendo feito pelos pais de alunos, os quais estão muito apreensivos quanto a ocorrência de acidentes.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2131

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de colocar a lâmpada no poste situado em frente do n° 268, na Rua das Palmeiras Colônia Gabriella, tendo em vista que a noite o local fica muito escuro, propenso aos assaltos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2132

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que ocorre no bairro do Abranches.

O pedido está sendo feito pela moradora à Rua Charles Dickens, n° 425, a qual afirma que consome 2m. de água, porém paga a taxa mínima referente à 10., o que é totalmente injusto, pois além de pagar mais do que consome, ainda há falta constante de água.

A situação é tão crítica que no Posto de Saúde da Vila Diana, por falta de água, o dentista chega a dispensar os pacientes.

Pede-se providências urgentes, pois toda a população não consegue mais conviver com este problema.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2133

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto à Rua Francisco Derosso, proximidades do n° 6370, Alto Boqueirão.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, tendo em vista que os mesmos não dispõem desse benefício, causando muitos transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2134

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que ocorre há mais de 20 anos na R. Charles Dickens - B. Abranches.

O pedido está sendo feito pelo morador do n° 425, dessa rua, o qual solicita que o problema seja sanado definitivamente, uma vez que toda a população vêm sofrendo há longos anos com a falta de água.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2135

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de resolver o problema que ocorre no terreno localizado à rua Marrocos, em frente ao n° 78 - Rio Verde, sendo que muitas pessoas jogam lixo lá e depois colocam fogo, formando-se uma fumaça insuportável. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais já não sabem mais a quem recorrer.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2136

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré no sentido de colocar mais lâmpadas nas luminárias públicas da Rua Oito - Jardim Viviane, tendo em vista à noite o local ficar às escuras e propenso aos assaltos. O pedido foi feito pelos moradores, os quais solicitam que o presente pedido seja atendido.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2137

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto à Rua Júlio Hoog, proximidades do n° 550 - Moradias Orquídea - Xaxim. O pedido está sendo feito pelos moradores do

local os quais afirmam que o esgoto corre à céu aberto, as valetas estão tomando conta da rua e o mau cheiro é insuportável, além das pessoas estarem sujeitas à contração de doenças. Pedem que a solicitação seja atendida o mais breve possível, tendo em vista que essa situação crítica vem se agravando a cada dia.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto à Rua Cícero Francisco dos Anjos - Alto Boqueirão. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais solicitam que o pedido seja atendido, sendo que beneficiará toda a população.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2139

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré no sentido de tomar providências quanto a reclamação da moradora à rua 4 Casa 202 Jardim Rafaela, a qual solicita uma solução nas rachaduras da sua casa, provocada pelo tráfego de veículos pesados. Ela pede providências urgentes, antes que algo mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2140

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, no sentido de determinar policiamento nas proximidades da Escola e Creche Tia Paula, mais especificamente nas ruas onde passa o ônibus Pinheirinho, devido existir muitos vândalos que ficam importunando os passageiros nos pontos dos ônibus. Pedem providências urgentes, uma vez que algo mais grave possa ocorrer.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer sejam solicitadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná informações sobre a forma de cálculo para pagamento das aposentadorias proporcionais dos servidores públicos em função de magistério.

Tal pedido funda-se em questionamento consistente acerca de eventual prejuízo aos professores da rede pública estadual, como demonstrado faticamente a seguir: servidor requereu aposentadoria proporcional após 30 anos de serviço sendo, destes, um total de 28 anos em regência de classe e apenas 2 anos como Secretário Escolar; a SEAD calculou diretamente seus proventos proporcionalmente com base no seu tempo de serviço (30 anos) relativamente ao total de 35 anos de serviço, ou seja, reduzindo-os a 85,7% do vencimento integral (30/35).

Consideração deve ser feita no sentido de que o professor trabalhou 28 anos em regência de classe, ou seja, 93,3% do período necessário à aposentadoria especial (28/30) e mais 2 anos como Secretário Escolar, ou seja 5,7% do período necessário à aposentadoria não especial (2/35), totalizando 99% que deveria refletir-se na proporcionalidade dos seus vencimentos pagos como proventos de aposentadoria.

Isto posto, requer a informação do Tribunal de Contas sobre a forma de cálculo legal para proventos de aposentadoria dos servidores do magistério.

Termo em que pede deferimento.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A correção formal no pagamento dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos é dever legal da Administração Pública. Compete ao Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo em sua função fiscalizadora, nos termos do Art.75, VII, prestar as informações necessárias a Assembléia Legislativa exercer tal prerrogativa.

REQUERIMENTO N° 2039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Griebeler, Secretário de Estado da Administração, solicitando:

1. Listagem alfabética dos funcionários públicos estaduais à disposição;
2. Que tal listagem seja composta pelos seguintes itens: Nome, Registro Geral, Cargo, Nível, Salário, se Recebe, e data de admissão.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, informação junto ao Secretário de Segurança Pública sobre critérios de avaliação para promoção de Delegados de Polícia, postulando as seguintes indagações:

1. Existe critério legal que determine a forma de promoção de Delegado de Polícia de uma classe para outra?

2. Em caso afirmativo, nominar este dispositivo legal.

3. Em caso negativo, nominar os critérios até então anotados.

4. Responder se existe a possibilidade de promoções, por antiguidade, de delegados com menor tempo de serviço.

5. Se isso existe, nominar os beneficiados e os motivos que levaram a efetivação dessas promoções.

6. Existe o pré-requisito necessário para que as promoções se processem, criando a exigência para promoção de prestação de serviços nas Delegacias do interior?

7. Existe um "dossiê", denominado "Almanaque da Polícia Civil", que deveria pré classificar os Delegados para promoção?

8. Em caso afirmativo, informar se o mesmo foi utilizado como critério para as últimas promoções.

9. Pode um delegado com menos de 10 anos de serviço atingir a 1.ª classe?

10. Em caso afirmativo, qual o amparo legal, quais os beneficiados.

11. O critério de lista tríplice tem amparo em Lei Federal nos casos de promoção de delegados estaduais do Paraná?

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, pedido de informações e providências ao DENTEL, sobre o Processo n° 396/94, que se encontra na responsabilidade direta da Sra. Tereza Dequech, nos seguintes pontos:

1 - O Processo epigrafoado envolve que pessoa jurídica de rádio-difusão?

2 - Porque as providências legais não foram tomadas até presente data?

3 - Qual o teor das denúncias que levaram a abertura do processo?

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 2102

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Senhor Governador Dr. Mário Pereira, no sentido de que ele determine ao Secretário de Estado da Educação atender o seguinte Pedido de Informações:

1 - Procedem as denúncias formuladas na imprensa, pelo presidente do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná. Sérgio Gonçalves de Lima, de que algumas escolas da Capital, de caráter particular, não estão legalmente habilitadas ao seu funcionamento.

2 - Comprovar, mediante cópia de documento, caso estas Escolas tenham autorização para funcionamento.

3 - Como se encontram as demais Escolas particulares de Curitiba, quanto ao seu funcionamento, particularmente as pré-escolas e as de 1° e 2° graus, com relação às exigências da Secretaria de Educação.

Deve-se este Pedido de Informações ao fato de que as denúncias são alarmantes e colocam em risco a vida escolar de milhares de alunos, intranquilizando suas famílias, diante da possibilidade de não ter o ensino reconhecido por lei!

É importante o esclarecimento que estamos solicitando, daí nosso empenho em que o Senhor Governador determine a maior brevidade nestas providências.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo: "Um Doutor das Gerais em Porto União da Vitória", de autoria do Dr. Luiz Roberto Nogueira Soares, publicado na Gazeta do Povo de hoje, em sua 10.ª página, caderno G.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Luiz Roberto Nogueira Soares, bem como ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 12.08.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

"A alma do médico é uma ampla igreja onde vai ajoelhar-se a dor dos que sofrem. É verdade.

Já se disse também que medicina é um sacerdócio e o médico, Doutor Lauro, era um dos profissionais que mesmo abraçando a carreira por amor e vocação, desempenhava sua atividade com dor e sofrimento.

É verdade.

A vida do médico vocacionado, como o Dr. Lauro Soares é uma imolação contínua e permanente. Em cada nome, em cada história, em cada drama, resplandece uma lição. Cada história é um drama cheio de emoções que se renovam, lágrimas que se repetem, sorrisos que recompensam todos os transtornos.

É verdade.

Um dia um poeta disse: "que cada criança que nasce nos traz a certeza que Deus ainda confia nos homens". Da mesma forma cada médico que ascende na escala de sua atividade nos deve reforçar a crença que temos médicos a quem confiar.

Onde chegava o Dr. Lauro, chegava a solidariedade, a fraternidade, o amor ao gênero humano, a dedicação total de um ser a outro ser.

O Dr. Lauro, ungido de fé, sabia no interior de sua alma e no íntimo de seu coração, que somos todos iguais. Que a marca da dor não conhece raças, riquezas, posições.

Muito se tem falado e escrito sobre a abnegação do profissional da medicina, sobre a doação e renúncia que a prática exige. Muitas merecidas homenagens de reconhecimento se tem prestado ao médico e seu complexo de difícil trabalho que é uma permanente peleja contra as forças superiores da própria natureza.

Na sequência dos anos, tivemos a oportunidade de conhecer e constatar pessoalmente que a luta do médico humanitário Dr. Lauro Muller Soares sempre foi grande para que a saúde da população de Porto União da Vitória bem como do norte catarinense, sul e do sudoeste do Paraná, fosse melhor que ontem e muito melhor amanhã.

É preciso, no entanto, que se amplie esta homenagem ao saudoso Dr. Lauro Muller Soares, lembrando as dificuldades impostas pelas estruturas sociais da época. Mesmo com esses obstáculos, o Dr. Lauro sempre levava a tarefa ao melhor termo, com muito sacrifício e com muito maior doação, seguindo sempre o que Cristo seu Mestre, lhe ensinou. "O que fizeres ao menor de todos, é a mim que o terás feito". Isso é preciso que se diga. "Foi compreendido e reconhecido por todos aqueles que como nós, tiveram a felicidade de conhecer e conviver com o Dr. Lauro". Em suma, a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar que estamos felizes todos nós que vemos seu nome lembrado com muito carinho.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com o Doutor Luiz Roberto pela feliz homenagem prestada aquele que foi um símbolo de honradez.

REQUERIMENTO N° 2010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais do Poder Legislativo da cópia do Ofício Circular n° 047/94, da Associação Comercial e Industrial de União da Vitória, que solicita a aprovação da Medida Provisória n° 477, e que seja comunicado aos órgãos competentes, Lideranças Partidárias e ao Exmo. Sr. Presidente da República, através de cópia do mesmo.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais desta Casa de Leis, do discurso "Chaga em Aberto", conforme anexo.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 324/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Casa da Sopa Amor e Caridade", com sede e foro na cidade e comarca de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) ELIO LINO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A entidade, objeto da presente proposição, vem atuando em benefício da assistência social aos necessitados na cidade de Guaíra, Paraná, com uma atividade que visa uma linha de ação em favor das pessoas em dificuldades.

Esse trabalho que vem sendo desenvolvido desde a sua fundação, já mereceu o reconhecimento da sociedade local, com a Câmara Municipal declarando a Associação de utilidade pública.

A atuação da Associação também está fartamente demonstrada nos relatórios que acompanham a presente proposta, juntamente com os demais documentos exigidos pela legislação, que normatiza o reconhecimento ora pretendido na esfera estadual.

PROJETO DE LEI N° 325/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para o Município de Piraí do Sul o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquele município constituindo-se do lote de terreno "A", com área total de 92.050,40m² ou 3,80 alqueires ou 9,20 hectares com as seguintes metragens e confrontações:- "OPP - ponto de partida cravado junto a cerca de arame na divisa com o município de Piraí do Sul, seguindo por esta com rumo 43°10'NW, e distância de 141,20m até o P-01, seguindo em divisa com a Rua Leonardo Solek, em confrontação com a Vila Itaciano Marcondes, com o rumo 16°00'SW, e distância de 160,00m, e com a Rua Geremias Moreira, com o rumo 66°00'NW, e na distância de 115,00m até o P-03 canto. Seguindo confrontando com a Rua Melchior Scaramella, com o rumo 28°33'SW, e distância de 107,50m, até o P-04 canto. Seguindo pela divisa de Messias Franklin, (atual Admar Abrahão), com os rumos e distâncias 66°57'SW a 26,80m, 20°30'SW, a 55,00m até o P-06; Seguindo pela divisa de João M. Carneiro, com os rumos 20°03SW a 11,50m e com 31°37'SE, a 23,00m e 58°16'SW a distância de 22,00m (atual Antonio M. Carneiro) até o P-08; Seguindo pela Rua Claudia P. Mongruel, com os rumos e distâncias, 29°34'SE, 101,00m, 16°14'SE, a 40,00m, 21°54'SE, a 36,00m, 61°22'SE, a 38,00m, 82°54'SE, a 21,20m até o P-14; Seguindo pela divisa de Valentin Kubis, por cerca de arame com os rumos e distâncias de 32°14'NE, a 55,00m, 30°24NE, a 48,00m até o ponto 16 encontrando um córrego e por este abaixo com os rumos e distâncias de 17°19'NE, a 20,00m, 16°19'NE, a 26,00m, 23°27'NE, a 34,50m, 0°37'NE, a 46,00m, 19°40'NW, a 30,00m; encontrando outro córrego e por este abaixo na divisa de Samuel Laureano Leme, com os rumos e distâncias de 26°20'NE, a 38,00m, 28°12'NE, a 28,00m, 13°12'NE, a 11,70m, 31°55'NE, a 40,00m, 01°55', a 95,00m, até o ponto de partida encerrando o perímetro com área acima citada.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido encontra amparo na necessidade de regularização da situação da referida área (92.050,40m²) pertencente ao Estado do Paraná e atualmente ocupada pelo 3º Distrito Rodoviário; sendo que, nesse local, existem as moradias de 27 (vinte e sete) funcionários do Departamento de Estrada e Rodagem-DER muitos deles já aposentados, sem porém, possibilidade alguma, de adquirirem outras áreas para desocuparem os lotes onde estão assenta-

dos.

Assim, para que se possa regularizar a presente situação, de grande importância social, apresentamos o presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 326/94 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Centro de Treinamento de Adolescentes, "C.T.A." com sede e foro no Município de Rebouças-Pr.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

JUSTIFICATIVA:

O C.T.A. é entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial, fundada em 21.04.1986, com sede no Município de Rebouças, tem como finalidade o estudo do problema social, em especial o que envolve o menor e seus familiares, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para uma integração sócio-econômica entre os menores, suas famílias e a comunidade, o que os levará a uma orientação técnica adequada para a profissionalização do trabalho pelo trabalho de cada membro a integrar-se.

Pelo caráter nobre da propositura é que pedimos aos nobres pares desta Casa de Leis a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) -

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti).

O SR. 2º SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes. Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha no Horário da Liderança do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Deadline, Empresa de Pesquisas Exclusivas sobre o comportamento dos meios de comunicação fez um levantamento aonde agrega os dados dos sete grandes jornais brasileiros e através dessa sua pesquisa mostra como a imprensa escrita do nosso país tem tratado as eleições 94 para Presidente da República.

Nessa pesquisa que compreende a data de 15 a 21 do 7, mostra que todo o noticiário veiculado na imprensa escrita a respeito de Lula que somente 4% desse noticiário se coloca favorável, enquanto que para Fernando Henrique 34%.

Enquanto coloca como noticiário neutro para a candidatura Lula de 23%, para Fernando Henrique de 34%. E o que se destaca é o noticiário contrário a candidatura do PT aonde demonstra que 73% do noticiário é contrário a candidatura do PT, enquanto que a do Fernando Henrique, do PFL, 32%.

Essas são as demonstrações inequívocas de que a imprensa brasileira trabalha com um candidato e para favorecer um candidato à Presidência da República que é o candidato Fernando Henrique.

Mesmo ela negando que não participa de nada o ex-Ministro Ricupero, que já tinha gente propondo a canonização dele em vida, demonstrou na sua conversa informal, transmitida através de antenas parabólicas que a TV Globo está a serviço de uma candidatura.

Demonstra ele ao dizer que a direção da Globo, age com inteligência ao não colocar diretamente a candidatura de Fernando Henrique através de sua pessoa, mas sim através da figura de Ricupero.

E Ricupero foi mais além naquela sua confissão disse que quando ele advertiu um dos Diretores do Banco Central o Senhor Gustavo Franco, o fez para dizer que estava isento na decisão de apoio a Fernando Henrique.

Diz que aquela advertência feita por ocasião quando Gustavo Franco disse que se eleito o PT daria um calote na dívida interna e novamente disse ele que tomaria a poupança.

Ricupero advertiu-o simplesmente para dizer, que não estava tomando partido, conforme a sua própria confissão.

Foi mais longe ainda ao dizer que não tinha escrúpulos ao esconder dados e índices oficiais que levaria a população a um esclarecimento maior do que é o plano real. Disse ele não ter escrúpulos ao esconder o que é ruim e faturar em cima do que é bom, o que fez com que confessasse isso talvez tenha sido a sua sinceridade com o jornalista Carlos Monforte, uma vez que não estava sendo pressionado, não estava nervoso, e tranquilamente respondia a essas questões. O que veio demonstrar isso é que inequivocamente todo o Governo Federal e algumas máquinas estaduais tenham usado constantemente a máquina oficial favorável à candidatura de um dos candidatos...

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que o horário da Liderança está concluído e lhe concede um minuto para terminar o pronunciamento.

O SR. DR. ROSINHA - O que demonstra que a máquina oficial está apoiando uma das candidaturas, e os dados da Deadline de-

monstram que não somente está sendo usado a máquina oficial, mas também os meios de comunicação escrito, e no caso da confissão do Ricupero a mídia eletrônica e principalmente a TV Globo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores no horário das Lideranças está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 46 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, a pedido do Deputado Erondy Silvério, informa que logo a seguir a CCJ se reunirá para oferecer Pareceres aos Projetos de aumentos salariais oriundos do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Contas.

Sobre a mesa, Ofício nº 125/94, subscrito pelo Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente, justificando sua ausência na presente sessão plenária, em função de audiência com o Secretário de Estado da Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência informações a respeito do incêndio que houve no prédio da Assembléia Legislativa, quais foram os prejuízos, se já tem algum indício, ou laudo das causas, enfim, todas as informações que se fizerem necessárias para que a gente possa acompanhar de perto a questão relacionada a este incêndio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência já teve oportunidade de se manifestar a respeito através da imprensa e numa reunião que teve com os Srs. Deputados na sala das Lideranças da Bancada do PP. Mas como nem todos os Srs. Deputados estavam presentes a Mesa deve informar que todas as providências possíveis foram adotadas tanto pela Presidência como pela 1ª Secretaria e diretorias competentes da Casa.

Infelizmente, na última 6ª feira, por

volta das 18 horas, surgiu o incêndio nas dependências da Assembléia. Mesmo com a vinda do Corpo de Bombeiros não foi possível debelar, por inteiro, o fogo que acometeu o nosso prédio. O 4º e o 5º andares e o restaurante foram destruídos. E nestas dependências diversos setores da Assembléia instalados foram prejudicados. Os prejuízos não foram ainda levantados, porque o Corpo de Bombeiros, a Polícia Técnica e a empresa seguradora que mantém o seguro deste imóvel, não concluíram os seus resultados. Da parte da Presidência, das Secretarias e da Diretoria desta Casa, determinou-se a interdição daquele prédio até que tenhamos a avaliação do que poderemos fazer, o que teremos que fazer, em termos de recuperação daquele imóvel. Quanto às perdas somente a partir do instante em que for permitida a entrada do nosso pessoal para fazer o levantamento e ver o alcance deste incêndio, quais foram os setores destruídos, o que foi atingido, o que sobrou deste infausto acontecimento da última 6ª feira.

Portanto mais que isso não teríamos que dizer. A Assembléia Legislativa já recomendou, através da Presidência, da 1ª Secretaria à Procuradoria da Casa que tome as medidas necessárias e nos esclareça de como deveremos proceder nas próximas horas, com vistas a convocamos empresas especializadas, para que possam elas, através de um laudo de engenharia nos dizer o que fazer também com este prédio, se poderemos reconstruí-lo, se foi afetado a ponto de ser demolido, no todo ou em parte.

Então estamos permanentemente discutindo com a nossa assessoria jurídica, assessoria técnica da Assembléia, Deputados ligados ao setor de engenharia têm contribuído também para que possamos, num prazo bastante curto esclarecer o que poderemos fazer em termos da edificação da Ass. Legislativa. E a nossa assessoria, tão logo seja permitido o seu trabalho, irá identificar também, com conhecimento mais aprofundado dos peritos o que se perdeu em termos de Assembléia Legislativa, da sua biblioteca, dos seus departamentos financeiro, pessoal, contabilidade, odontológico, enfim de todos os setores que funcionavam no 4º e 5º andar da Assembléia.

Eram estes os esclarecimentos que tínhamos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/94, autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 103/94. Objetiva reajustar, a partir de 1º de setembro de 1994, na forma das tabelas que integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da administração direta e autárquica do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 106, de 30.08.94, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 308/94

O presente projeto de lei tem por objetivo reajustar vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9198/90.

Chamada essa Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 308/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 103/94, o presente projeto de lei visa estabelecer que os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos servidores militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18/01/90, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, ficam reajustados, a partir de 1º de setembro de 1994 em 12% (doze por cento), na forma das tabelas do Anexo I.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto constitucional e legal posicionou-se favorável à aprovação da matéria.

Esta Comissão, no que lhe cabe opinar, nada encontrou que obste a sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

260/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria Programa na Rádio e Televisão Educativa destinado às entidades organizadas de trabalhadores. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 87, de 29.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 260/94

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de n° 260/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, C.C.J.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTES

Projeto de Lei n° 260/94

D E C R E T A:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade criar programa na Rádio e Televisão Educativa destinado às entidades organizadas de trabalhadores.

A Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que impedisse legal ou constitucionalmente o trâmite normal da referida proposição.

Esta Comissão de Educação chamada a opinar, posiciona-se pela aprovação do projeto de lei em tela, tendo em vista o espírito que norteou o autor do mesmo, que é beneficiar as entidades organizadas de trabalhadores.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.94.

(a) JÚLIO BIFON - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública o Instituto Pró Cidadania de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que altera redação do art. 1° e parágrafo único da Lei n° 9363/90, que concede pensão especial à Sra. Miriam de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, Se-

nhor Jamidas Antunes Rodrigues. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. **Aprovado. artigo por artigo.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - Registre-se. Com a permissão do Plenário, tendo em vista a necessidade que temos de apreciarmos o voto apostado à Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós transferimos a votação do Item 06 para o último item da pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em função da necessidade urgente de ser aprovado o Conselho Estadual de Saúde, que já era para ter sido aprovado a três anos e meio atrás, há sobre a mesa um requerimento de urgência sobre o mesmo.

Peço a Vossa Excelência que consulte o Plenário no sentido de votarmos esse requerimento para que possamos incluir na Ordem do Dia de amanhã o Projeto do Poder Executivo anexado ao de nossa autoria, e ainda mais, para que tramitando possamos fazer um substitutivo que foi feito de comum acordo entre os movimentos sociais, o Senhor Secretário de Saúde, no caso, este Parlamentar, representando a Bancada do PDT e a Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência consulta o Deputado Rosinha se já deu entrada no Requerimento?

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sim, já encontra-se sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) -

Iremos votá-lo em seguida. Enquanto aguardamos a chegada do Requerimento, temos o requerimento n° 2114, do Deputado Toti Colaço constante do expediente, solicitando dispensa de discussão, votação e redação final para os Projetos aprovados em segunda discussão constando da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento n° 2101 do Sr. Deputado Florisvaldo Fier, constante do expediente, requer regime de urgência do anexado Projeto de Lei n° 121/94 e 221/94, que cria o Conselho Estadual de Saúde. **Aprovado.**

Requerimento n° 2115 do Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, requer votação em bloco das proposições constantes dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento n° 2141 do Deputado Heinz Herwing, destaque para votação, discussão da proposição do item 05; discussão única da Proposição 61/94. **Aprovado.**

Antes, ainda, atendendo à deliberação do Plenário, colocaremos em votação os seguintes vetos: itens 01, 02, 03 e 04.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 055/94, veto aposto ao Projeto de Lei n° 044/94, autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, dispõe sobre a obrigatoriedade de Mensagem de alerta sobre riscos à saúde em embalagens de bebidas alcoólicas no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

PROPOSIÇÃO N° 55/94

OF/DTL/SAT n° 188/94

Curitiba, 06.07.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 161/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 044/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo obrigar as empresas paranaenses produtoras de bebidas alcoólicas, inserir nas embalagens e materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estas à saúde.

Ainda que relevante a preocupação do autor, nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, em relação à saúde da população do Estado, o referenciado plano de lei não pôde merecer acolhimento, face o adiante transcrito pronunciamento do Senhor Secretário Especial da Indústria e do Comércio que, analisando o assunto, opinou constantemente, asseverando:

"Com relação ao Projeto de Lei n° 044/94, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, desejo destacar os seguintes aspectos:

- A medida proposta prejudica as indústrias instaladas no Paraná, pois a exigência do artigo 1° não atinge produtos oriundos de indústrias de outros Estados;

- As empresas produtoras de bebidas alcoólicas que causam maiores malefícios à saúde (bebidas fortes) estão localizadas fora do Estado e terão seus produtos comercializados independentemente de tais exigências legais.

Sob pena de tratamento diferenciado em detrimento da indústria paranaense, entendo que tal normatização deva ser tratada e estabelecida pelas vias do Governo Federal."

Essas as razões que me levaram a vetar

o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distante consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

(a) Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 44/94, encontra-se publicado no n° 11/94, de 02.03.94)

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 059/94, veto aposto ao Projeto de Lei n° 172/94, autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara área que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 054/94, veto aposto ao Projeto de Lei n° 146/94, autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Verê. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 053/94, veto aposto ao Projeto de Lei n° 185/94, autoria do Deputado Durval do Amaral, declara de Utilidade Pública o Lar Santo Antônio, com sede e foro no Município de Cambé. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Lembramos aos Senhores Deputados que para rejeição dos vetos e manutenção dos projetos serão necessários vinte e oito votos NÃO.

Votando NÃO, estará rejeitando os vetos; votando SIM, estará mantendo os vetos.

Concedo a palavra ao Senhor 1° Secretário Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para proceder à chamada dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) - Proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Trinta e um Deputados votaram. Solicito ao Deputado Luiz Carlos Zuk, Nelson Garcia e Namir Piacentini para procederem a conferência dos votos.

Trinta e um Senhores Deputados votaram: 14 pela manutenção do veto, 11 pela rejeição, 1 voto nulo, 5 votos em branco.

Estão mantidos os vetos.

Esta Presidência pede mais uma vez permissão ao Plenário, porque alguns Deputados estão com dúvida ainda com referência aos vetos apostos à LDO. Então, enquanto as lideranças conversam, nós vamos para os requerimentos.

Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 2091, 2090 e 1983, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1971 a 1974, 2051 e 2052, de autoria do Senhor Deputado Toti Colação, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1976, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 1977, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimento n.º 1992, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2000, 2001, 2036, 2064 e 2082, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2009, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2010, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimento n.º 2024, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2027, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1970, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2038, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2016 a 2021, 2032 a 2035, 2037, 2041 a 2047, 2069, 2076, 2083 a 2088, 2103 a 2113 e 2116 a 2142, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2056 e 2057, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2060, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimentos n.ºs 2065 e 2066, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2093 a 2096, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito a atenção dos Senhores Deputados: nós havíamos interrompido porque o Deputado Heinz havia pedido destaque para a votação da LDO, mas não se encontra presente no momento e nós retornaremos a Ordem do Dia normal.

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 061/94. Veto parcial ao Projeto de Lei n.º 123/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 034/94, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 1995. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

PROPOSIÇÃO N.º 061/94

OF/DTL/SAT n.º 233/94.

Curitiba, 22 de julho de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 213/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n.º 123/94, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1995, que nos termos da Emenda Substitutiva Geral a mim apresentada, foi, com base em Parecer Técnico da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, por este Executivo analisada, resultando neste documento com razões de veto, que ora dirijo a Vossa Excelência, com o absoluto propósito de

reiterar a consideração máxima que dedico ao povo paranaense e os seus dignos representantes na Assembléia Legislativa.

Informo que os vetos incidiram sobre o inciso XI do artigo 12, sobre o artigo 13 e seu inciso, sobre o § 2º do artigo 30, sobre o parágrafo único do artigo 32 e sobre o artigo 33 e seus parágrafos, a respeito dos quais, que em sequência enumero, faço o indispensável registro das razões de tais oposições:

I - SOBRE O INCISO XI DO ARTIGO 12 CONSIDERANDO:

a) que o inciso XI do art. 12 foi inserido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mediante emenda, alterando o tratamento dado ao Ministério Público no anteprojeto de lei enviado pelo Poder Executivo para as Diretrizes Orçamentárias de 1995;

b) que, com isto, ao órgão - Procuradoria Geral de Justiça - que integra a estrutura do Poder Executivo - ficou reservado um percentual de 2% da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. Tal percentual, somado a outros percentuais e previsões de destinação constitucional ou legal obrigatória, passou a constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como dedução a anteceder a repartição dos recursos remanescentes do Tesouro do Estado a todos os demais órgãos do Poder Executivo;

c) que o dispositivo contraria princípios constitucionais fundamentais, além de estar em dissonância com outras normas de natureza constitucional, especialmente o art. 167, inciso IV, repetido pela Constituição do Estado em seu art. 135, inciso IV;

d) que a instituição Ministério Público teve ampliada a sua esfera de competência, considerando que foi como função essencial à justiça, adotados com seus princípios institucionais fundamentais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Foi também assegurada ao Ministério Público de ambas as esferas políticas, autonomia funcional e administrativa. Dentro da autonomia administrativa inclui-se a autonomia financeira. Por isto, dispõe o art. 127, § 3º da Constituição Federal: "O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias". O mesmo dispositivo foi repetido pelo Constituinte Estadual no art. 115;

e) que o mesmo em nome da salutar autonomia administrativa e financeira que foi outorgada ao Ministério Público com o intuito de libertá-lo de qualquer tipo de ingerência no exercício de suas atribuições, não há como sustentar a alteração

proposta pelo Poder Legislativo Estadual para atribuir ao órgão do Ministério Público tratamento diverso daquele conferido aos demais órgãos do Poder Executivo;

f) que a destinação prévia de um percentual à Procuradoria Geral de Justiça, de forma absolutamente desvinculada das demais prioridades inerentes à distribuição de recursos do Tesouro do Estado aos diversos órgãos do Poder Executivo, por este particular, não encontra sustentação constitucional;

g) e, ainda, que a alteração aprovada pela emenda da Assembléia Legislativa ao privilegiar a PGJ em relação aos demais órgãos do Executivo contraria o contido, também como princípio, no art. 167, inciso IV da Constituição Federal, repetido pelo art. 135, inciso IV da Constituição Estadual, no momento em que vincula receitas estaduais a órgão público fora das exceções previstas constitucionalmente, é que encontramos razão para apor o veto ao inciso XI do artigo 12 do Projeto de Lei nº 123/94, ressaltando que a disposição do Poder Executivo é de fazer constar da Proposta Orçamentária para 1995, sob forma juridicamente correta, no interior do seu orçamento, recursos adequados ao desenvolvimento das atividades da PGJ, de no mínimo, o valor equivalente a percentagem sugerida pela Assembléia Legislativa.

II - SOBRE O ARTIGO 13 E SEU INCISO CONSIDERANDO:

a) o conteúdo dos argumentos anteriores, que sustenta a oposição de veto na LDO ao dispositivo de participação do Ministério Público na Receita Geral do Estado; e

b) que, embora sejam asseguradas ao Ministério Público autonomia administrativa e funcional, a instituição tem os seus recursos adstritos aos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e, portanto,

DEPREENDENDO:

que, acolhido o veto ao inciso XI do artigo 12 do Projeto de Lei nº 123/94, permanecerá o Ministério Público com tratamento indistinto no âmbito orçamentário, ao contrário do posicionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, até que se promovam redefinições a respeito na esfera da Constituição Federal; é que encontramos razão para apor o veto ao artigo 13 e seu inciso, do Projeto de Lei nº 123/94, ressaltando que a disposição do "caput", relativamente aos Poderes Legislativo e Judiciário, será inscrito na Lei Orçamentária para 1995 por iniciativa deste Poder Executivo;

III - SOBRE O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 30

CONSIDERANDO:

a) que a Lei n° 4.320, de 17/03/64, na parte que trata das subvenções sociais (artigo 16), estabelece: "Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções visará a prestações de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicada a esses objetivos revelar-se mais econômica"; e, portanto,

DEPREENDENDO:

que a figura da Subvenção Social, na forma da Lei 4.320/64, abrange três segmentos da ação governamental, sendo, na estrutura do Estado do Paraná, a assistência social de competência da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, a assistência médica de competência da Secretaria de Estado da Saúde e a assistência educacional de competência da Secretaria de Estado da Educação; é que encontro razão para apor o veto ao parágrafo 2° do artigo 30 do Projeto de Lei n° 123/94.

IV - SOBRE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO

32

CONSIDERANDO:

a) que as normas de execução orçamentária tem tratamento específico e diferenciado, conforme se verifica nas disposições das Constituições Federal e Estadual, assim como na Lei n° 4.320, que institui normas de direito financeiro; e

b) que o dispositivo em análise contempla matéria referente à correção de valores de convênios entre o Estado e os municípios, que considero pertinente ao campo da execução orçamentária; e, portanto,

c) o controle da moeda é atributo do Governo Federal e aplicável em todas as relações entre agentes privados e públicos entre si. Assim, convênios livremente assinados entre agentes devem seguir as normas federais para indexação e não podem ser inseridas numa legislação de orientação para a elaboração orçamentária de um Estado. Além disso a UFIR deve se restringir à matéria estritamente tributária, o que não é o caso dos citados convênios.

DEPREENDENDO:

que a disposição em referência conflita com a finalidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que trata especificamente dos parâmetros para elaboração dos orçamentos, é que encontramos razão para apor o veto ao parágrafo único do artigo 32 do Projeto de Lei n° 123/94.

V - SOBRE O ARTIGO 33 E SEUS PARÁGRAFOS

CONSIDERANDO:

a) que, embora a redação do "caput" do art. 33 e a do seu § 1° demonstrem a preocupação do legislador em garantir re-

ursos financeiros da fonte 16 - Salário Educação Quota Estadual para manutenção e desenvolvimento do ensino ofertado pelo Estado e pelos Municípios, entendemos que a expressão "pelos municípios" é ambígua, podendo significar não só a identificação do agente mantenedor do ensino municipal como a obrigatoriedade de consignar, no orçamento estadual, dotações globais vinculadas especificamente ao ensino municipal;

b) que o Estado repassa, mensalmente, aos municípios parceiros que comprovadamente aplicam 25% de suas receitas tributárias em educação, valores que, do ponto de vista do custo/aluno adotado, superam os custos unitários que o Estado adota na manutenção de sua própria rede, não contidos nesses repasses as despesas com pessoal estadual cedido às Prefeituras;

c) que com recursos do Salário Educação Quota Estadual programados pela SEED, cujos planos de aplicação são aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, outros projetos também beneficiam os municípios, quer sejam parceiros ou não, como são exemplos:

- rede física (convênios para ampliação e melhoria de prédios escolares);

- capacitação de recursos humanos (participação em cursos de aperfeiçoamento pedagógico ou técnico);

- ensino supletivo (estruturação e apoio material para projetos de erradicação do analfabetismo);

- educação especial (subvenção a entidades mantenedoras de ensino de educação especial);

- distribuição de equipamentos de informática (microcomputadores e software);

d) que a administração dessa forma de gestão tem apresentado resultados positivos, no sentido em que a SEED vem podendo atender gradativamente à passagem do ensino público pré-escolar, de 1.ª a 4.ª séries, Fase I do ensino supletivo e educação especial, para a responsabilidade municipal, e, por outro lado, avançar com programas de inovações educacionais que elevam os padrões de qualidade da escola pública do Paraná;

e) que a flexibilidade da fonte SEQE tem permitido, com o aval do CEE, complementar as ações específicas do programa de municipalização; e

f) que o critério de distribuição de recursos financeiros, que julgamos ser da competência da SEED, não prejudica a garantia da manutenção e do desenvolvimento do ensino de primeiro grau, e, portanto,

Depreendendo:

que da argumentação acima apenas se atribui impropriedade à expressão "pelos Municípios", contida no "caput", e à íntegra do § 2°, e que a Constituição do Esta-

do, em seu artigo 71, parágrafo 2º, obriga a veto parcial somente abrangendo texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea, é que encontramos razão para apor o veto ao artigo 33 e seus parágrafos, do Projeto de Lei nº 123/94.

Tenho a satisfação de registrar, finalmente, as mais expressivas congratulações pela excelência das intenções dos membros da Assembléia Legislativa na direção da vontade e dos anseios populares quando a propugnação do composto substitutivo.

Ressalto, por oportuno, que a este Poder Executivo cumpriu acatar, com os devidos reconhecimentos de razão clara e absoluta dos dignos parlamentares, os demais dispostos que integraram o Projeto de Lei que ora sanciono no mais amplo desejo de aproximar tal ato da coerência, da racionalidade e do equilíbrio harmônico de interesses, buscando incondicionalmente, junto com esse legislativo, a precisão normativa indispensável à legitimidade dos fins públicos.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 123/94 encontra-se publicado no D.A. nº 41/94, de 18.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 061/94

P A R E C E R:

A presente proposição veta parcialmente o Projeto de Lei nº 123/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 034/94, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 1.995.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do duto Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Lembramos aos Srs. Deputados que para a manutenção do Veto votarão com a cédula SIM, cédula Branca, para rejeição dos vetos, vetos parciais, evidentemente, votarão com a cédula NÃO. Para a derrubada desses Vetos serão necessários 28 votos com a cédula NÃO.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos analisar o Veto colocado sob a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Chamo a atenção dos Srs. que um dos Vetos é sobre o § 2º do Artigo 30. Diz o Sr. Governador

que a razão de colocar esse Veto é baseada na Lei nº 4.320 de 1964. Diz o Senhor Governador que na estrutura do Estado do Paraná a Assistência Social é de competência da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social. Concordamos plenamente com o que diz o Sr. Governador. Ele diz que a assistência médica é de competência da Secretaria de Estado da Saúde, e da Educação e Secretaria da Educação, e por isso ele colocava o Veto.

O que reza o § 2º do artigo 30, o qual foi vetado, diz o artigo 30 que na lei orçamentária anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas relações e instituições a serem beneficiárias com auxílio ou subvenções sociais.

O § 2º diz que a previsão de recursos orçamentários para a subvenção social será de competência exclusiva da Secretaria de Estado do Trabalho de Ação Social. Bom, ao colocar a exclusividade da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social não choca com o que deseja o Sr. Governador quando ele coloca que a assistência social é de competência da Secretaria de Trabalho e Ação Social; e a assistência médica é de competência da Secretaria da Saúde.

Pois bem, não estamos entrando na questão da assistência médica e da assistência educacional, mas única e exclusivamente na assistência social. E ao fazer esta emenda neste parágrafo foi baseada na lei orgânica da assistência social, lei federal, que estabelece em cada nível de Governo um único órgão para efetuar a assistência social; e mais: estabelece o controle especial sobre essas verbas ao criar um conselho de assistência social. Porquanto, o objetivo dessa emenda é atender a lei orgânica da assistência social, lei federal. Por isso, solicitamos aos Srs. Deputados que derrubem o veto ao § 2º do artigo 30.

O artigo 32 que diz respeito ao parágrafo único que também foi vetado, diz o artigo 32 que o orçamento fiscal conterà votação expressiva para atender os programas de municipalização da educação e da saúde. O parágrafo único reza que os recursos e convênios para municipalização da educação, firmados entre Estados e Municípios serão repassados em valores corrigidos pela Unidade Fiscal de Referência UFIR, tendo como base a data da assinatura do termo e convênio entre as partes.

Senhores Deputados, Vossas Excelências que têm defendido constantemente um maior poder aos municípios, que têm defendido que os municípios atuem na área de Educação e Saúde, nada mais vai além do que esta defesa do parágrafo único. Ao colocar a correção em UFIR da municipalização da educação justamente é para que o município possa manter a sua capacidade de atendi-

mento educacional, porque faz um convênio hoje, assina-se esse convênio, e não tem maneira de ser corrigido, cinco, seis meses depois, mesmo agora com a inflação baixa, essa verba já não dá para atender a educação e não dá para atender aquela proposta inicial colocada no convênio. Então, somente queremos manter ao longo do ano que tal atendimento seja feito com qualidade e que as escolas públicas municipais tenham a capacidade e condição do bom atendimento. O artigo 3º diz respeito ao orçamento fiscal em seus parágrafos 1º e 2º. Portanto, também visa a defesa da educação nesses dois parágrafos.

Solicitamos aos Srs. Deputados, que têm defendido a municipalização do sistema de educação que aprovelem; que derrotem, que votem contra este veto colocado pelo Sr. Governador e que também a subvenção social seja feita de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, lei federal, já aprovada pelo Congresso Nacional e que ainda deve também ser debatida a extensão dessa lei a nível estadual.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal para a votação dos vetos apostos à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e seis Senhores Deputados compareceram à votação do veto à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Requerimento nº 1975, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2039, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2055, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nº 2078 e 2079, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento nº 2081, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento nº 2099, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Encerrada a discussão.**

Requerimento nº 2102, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2145, de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur, Paulo Maia, Heinz Herwig e Élio Rusch, constante do expediente.

O requerimento propondo a constituição de comissão geral será submetida à discussão e votação, decorridas as vinte e quatro horas de sua apresentação. Portanto, somente amanhã nós iremos deliberar sobre isso, mas já está devidamente apresentado e recebido pela Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO
DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 061/94.

EM VOTAÇÃO
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/92.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 260, 304 e 308/94.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs

316, 317, 318, 319, 320, 321 e 322/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 12 DE SETEMBRO DE 1994

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

Ofício Circular n° 047/94

União da Vitória, 09 de agosto de 1994.

Excelentíssimo Senhor

Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR

Líder do Partido do

Movimento Democrata Brasileiro

Assembléia Legislativa

Curitiba - PR

Senhor Deputado:

Cumprimentando-o, cordialmente, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência com o objetivo único de solicitar-lhe os bons ofícios junto às lideranças federais de seu partido - Câmara e Senado, viabilizando a pronta tramitação e conseqüente aprovação da Medida Provisória n° 477 de 20/04/94 e que trata do "Programa Emergencial de Recuperação das Rodovias Nacionais". Tal medida, segundo se sabe, aloca recursos para a recuperação das rodovias BR-153 - União da Vitória - Divisa Paraná/Santa Catarina e BR-476, São Mateus do Sul - União da Vitória.

Desnecessário enfocar a Vossa Excelência do significado que representa para a Região Sul do Paraná a pronta recuperação das mencionadas rodovias, hoje em precário estado de trafegabilidade.

Na certeza do atendimento ao presente pleito, subscrevo,

Cordialmente,

(a) JOSÉ RICARDO MALLON
Presidente

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO BEZERRA, EM SESSÃO DO DIA 12 DE SETEMBRO DE 1994.

DISCURSO
"CHAGAS EM ABERTO"

Esse "TRIBUNA DO POVO" não poderia deixar de registrar.

Faz, nessa terça-feira, 6 (seis) anos que o alardeado democrata, Mr. Hyde, exibiu à luz do dia sua horrenda face Dr. Jeckill, ordenando a nefanda ação policial contra o magistério paranaense, que exercitava o sacrossanto e constitucional DI-

REITO DE REUNIÃO em praça pública, no espaço fronteiro a essa Casa Legislativa, a Praça Nossa Senhora Salete.

TRINTA DE AGOSTO DE 1988

Os ouvidos moucos do imperante ocasional, não puderam ouvir, não quiseram ouvir, os reclamos dos seus ex-colegas de magistério por dignidade salarial e melhores condições do ensino, no Paraná.

Sua Excelência, o então Governador, preferiu o refúgio do impenetrável e refrigerado gabinete, a paparicação dos acólitos, a temeridade da repetição dos erros históricos de Calígula, Nero, Átila, Hernan Cortes, Pizarro, de Hitler! - ao dar a ordem de calar os oponentes/reivindicantes pacíficos, pela força das armas.

Sua excelência, o candidato, tenta agora reverter a ordem natural das coisas, como é da sua prática e feitio, negando-se a assumir a responsabilidade, por DOLO EVENTUAL, pelo massacre contra os professores, que detêm registro histórico inapagável, e ainda está presente nos corações e mentes de todos, participantes diretos ou indiretos, fortuitos ou voluntários.

QUEM TEM MEDO DA VERDADE?

A QUEM INTERESSA A MENTIRA?

Nos autos n° 6367, a prova irrefutável de tudo o que tem sido escrito e falado.

Nas chagas irreversíveis da Professora NELCI FRITZEN, com incapacidade permanente para o trabalho, o "corpo de delito", inquestionável, "ad-eternam".

Ao magistério do Paraná, nessa oportunidade, renovamos nossa solidariedade e, de público, o compromisso de que, no novo tempo que se vislumbra no horizonte político, a educação jamais será tratada como "CASO DE POLÍCIA".

Ao professor Álvaro Fernandes Dias, de História e Geografia, que se diz democrata sem nunca o ter sido, apologista da co-gestão em benefício próprio, dúbil na hombridade e assumido no narcisismo que é marca registrada dos DITADORES de todos os tempos, o questionamento milenar de CONFÚCIO (551-479 a.C.):

"NÃO SEI COMO PODE SER BOM UM HOMEM A QUEM FALTA SINCERIDADE"

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 12 DE SETEMBRO DE 1994.

"UM DOUTOR DAS GERAIS
EM PORTO UNIÃO DA VITÓRIA"

Luis Roberto N. Soares

Antes de tudo, um mineiro. Ontologicamente mineiro, Antologicamente, também. Da mais pura extração ouro-potap, embora de Belo Horizonte. Lauro Muller Soares, magro, cabelos pretos, de estatura mais para a média, olhar permanentemente distraído, sempre estava onde não estava, feição pensativa, no rosto uma promessa de sorriso e um cigarro no canto da boca (acesso ou apagado, mero detalhe). Seu bisavô, José Bento Soares, capitão-mor em Vila Rica, amigo Rei e conselheiro do que é hoje o Museu da Inconfidência. Família mineira, não viaja, filho mais velho, irmão médico, abom a ideia para ingressar na Faculdade de Medicina. Aluno brilhante, trabalhou com Dr. Júlio Soares, parente de longe, cunhado de Jacinto Kubitschek, personagem de Pedro Nave (exemplar no procedimento técnico e na conduta ética... com ele se aprendia tanto de Clínica quanto de Decência) - glória da medicina mineira. Paternidade segura e promissora. Mas telegrama afiço da mãe pede socorro: "Venha urgente, Mourão preso".

Que teria aprontado Mourão com aquele seu gênio arrebatado que discutia em latim e cantava óperas italianas? A administração de Milton Campos - "cuidado com valentia de gaúcho, riqueza de paulista e lêmia de mineiro" - para ele não valia. O do Mourão vinha com certificado de origem: era do Caraca. Nova registra que a inteligência e o latim da família Mourão eram proverbiais e celebrados na conhecida glória:

Rabelo, Pires, Mourão:

Plenamente ou distinção.

Dr. Lauro segue, sem a Nieta, para Porto União (onde era mesmo?) para levar o cunhado promotor público, preso por roubos integralistas, como o irmão, o folclórico Olympio, general que muitos anos mais tarde saiu na frente para depor João Goulart e dar no que deu.

Isso! Só o interventor Nereu Ramos poderia resolver. Segue a Florianópolis. Dois dias depois é recebido: amor à primeira vista. O interventor não deixa por menos: "Seu cunhado fica livre, mas o senhor fica prefeito". Ficou. Por quase vinte anos. E depois de 1946 pelo PDS, é claro. E o PDS ministro, mesmo, sua primeira agência estrangeira. Mas que chatice (coisa assim, dizia ele) a administração pública: canibais, papéis, trâmites, nada a opor, pelo deferimento, pague-se, para informar, substituir, cumpra-se, e, no seu caso, principalmente o desagradabilíssimo indeferido. Estava inaugurando em Porto União - quarenta anos antes do neoliberalismo - o Estado mínimo. Durante todas as suas gestões (?) não foi à Prefeitura mais de dez vezes e seis delas para assumir e para transmitir o cargo.

Seu caso era mesmo com a medicina. Constrói o São Belis, hospital que atendia o norte catariense, o sul e o sudoeste paranaense que terminava em Marrecas. A política, apenas uma inevitável consequência. Um pretexto para a convivência, esta sim lhe agradava.

E a administração? E os despachos? Ah, esses eram colididos estranhos no consultório, no hospital, no carro, na rua, no

Café do Izaltino, nos campos de futebol. Já os urgentes urgentíssimos, na sala de operações, em meio a uma exploração abdominal, entre uma incisão e outra, ou, se inevitável, concomitantemente. A sala logo se transformava em anfiteatro galênico; só que de legião. Recebia diariamente uma file e grande assistência: amigos, correligionários, curiosos, funcionários da Prefeitura, parentes de operados, contribuintes e alguns afilios para o aval inadiável. Na ausência da Sani improvisa-se o Juca do Tempo nas artes anestesiológicas. Meteorologista do Ministério da Agricultura, e verdade, nunca acertava uma previsão, mas adestradíssimo nas doses de clorofórmio. Infecção hospitalar? Nem pensar. Todos saíam vivos e alguns reditvros. Estatisticamente, um vitorioso. Fazia milagres com seu talento e imperturbável serenidade. Chegou a operar à luz de velas. Parah saliba Neu. E testemunha Pouquíssimas baixas.

Logo com justa razão, tornou-se figura lendária: Palmas, Bauruna, Cavó, Porto Vitória, Cruz Machado, União da Vitória, Porto União, Matos Costa, Valões, General Carneiro, Mallet, Paulo Frontin. Paula Freitas todos a cantar seus feitos. Resistia bravamente ao culto sua espantosa modestia não deixava a mínima porosidade para infiltração de orgulho ou presunção.

Sabia os segredos de meia-cidade (inclusive aqueles) mas, discretíssimo, não os compartilhava com ninguém. Era o confessor ídico de todos os angustiados explícitos e pecadores ocultos.

Não distinguia entre papéis públicos e privados. Com frequência suas receitas iam parar na Prefeitura e os despachos administrativos na Farmácia, do Willy Yung, o único autorizado (até porque o único habilitado) a decodificar sua letra (?).

Inauguração da Rádio Colméia (primeira emissora de Porto União, festa em União da Vitória, como era dos usos e costumes do saudável bibelotismo local). Cine Luz lotado. Padrinho da Rádio, escreveu o discurso a mão. Após a saudação, mutismo completo, silêncio sepulcral, não entendi o que escreveu, nem a primeira frase! E a platéia em pânico com o descontento e aliação do orador gritava uníssona: "Chama o Willy Yung! Chama o Willy Yung!"

De uma boa-fé obscena não lia nenhum papel, nenhum processo, nenhum documento e assinava, sem hesitar, onde lhe indicassem. Assinou sua renúncia, logo estrepitosamente anunciada pela cidade, perplexa com o treloucado gesto (seria sido o Azevedo Trilha ou o Jorge Cury?). Em seguida um Decreto distribuindo caçapas Parker 51 - grande feliche da época - para todos os alunos do município, provocando grande multidão à sua porta (Michele Guedes?).

Porto União e União da Vitória era (sic) uma cidade singular, com sua infundável galeria de tipos e histórias sem fim, onde se misturavam coisas vistas e ouvidas. Mentiras verdadeiras e verdades mentirosas. Jatahy - agrônomo sem colheitas - e seu Jeep sempre na descida para pegar no arranque - nunca lhe ocorreu trocar a bateria; o Wilkis Correia cuja morte anunciada

foi obra de Baco, não de Tanatos; o Dario Betanga que alugava um avião para percorrer 19 quilômetros, sobrevoar a serraria e lançar o bilhete suplicante: "aumentem a produção negra"; o Arnaldo que inventou uma complexíssima máquina de decascar banana - a operação levava 20 minutos - furioso porque em São Paulo ninguém lhe comprou o invento; o Ernani, funcionário do Serviço de Combate à Febre Amarela - num rio de 300 quilômetros nunca se soube de um caso nos últimos 120 anos - e que trabalhava conforme a doença aumentava; o Elias Niman, eleito Rei Momo, exigindo tratamento majestático nunca mais aceitou retornar à condição plebéia; o Jair Marchetti, veterinário que, a pedido, deu uma injeção cavalir (literalmente) no sexagenário Laubenbacher, provocando o mais prolongado e doloroso prapismo da crônica médica (filas para transfusão); o Trilha, que a mulher supunha em retro espiritual, aparecendo na capa da Manchete com vinte mulheres no carnaval do Hotel Glória; o Hermann inaugurando triunfalmente sua casa de banho turco ("Faz coisas que nem eu acredito", dizia o reclame). Na demonstração, queimadura de terceiro grau, encerrando assim, a orientação da cidade; o Ernesto, chofer de praça, nas retas uma lentidão quelônica, nas curvas insanamente veloz, característica que afugentava eventuais usuários, menos, é claro, o solidário Dr. Lauro que com ele afundou numa volta do Rio Iguaçu; o general Moreira, bravo comandante do 5º Batalhão de Engenharia que detestava armas de fogo. No Sete de Setembro desfilava com revólver da Estrela. A babélica Porto União da Vitória com seus alemães, italianos, ucranianos, polacos, arabizada com os Cury, Yared, Domit, Parah, Guérios, Mansur, Abdalla, de iguarias sempre natalinas. E tantíssimos outros, cidade fabulosa e fabulista com seus mil personagens em busca de autores. Apenas um retrato na parede; mas como dói.

Pois o doutor Lauro Soares, prefeito de Porto União, Santa Catarina, emprestou (negar lhe era impossível) uma noiosa e valente Caterpillar - única do município - para o Intendente de Passo da Galinha, no Paraná, que por sua vez cedeu a máquina ao prefeito de Palmas, que passou ao de Palo Branco e daí foi sua última pista.

Ecou a eterna vigilância da UDN na Câmara de Vereadores. Ameaça de impeachment, de comissão de inquérito, de convocação, mobiliza-se todo o arsenal manufato da oposição. Encontra o líder da UDN no estádio e naquele seu jeito tão mineiramente sulli questiona: "Ode precisa achar essa máquina; ando doído ante dela". Seu amineamento era irresistível.

Alívio geral, o Clínio Teixeira, prefeito de Barracão, repassara a motoniveladora para o prefeito argentinlo, seu vizinho internacional, uma simpata de sujeito, seria preciso outras explicações? Mas nove ou quinze nivelamentos e afinal o retorno da máquina, agora binacional, festejada por todos, do ardiloso PSD à belicosa UDN.

Tinha finíssimo senso de humor. Reconstruía, como prefeto, o Estádio Municipal e para reforçar o orçamento estavam à venda espaços para publicidade no muro que o cercava.

Plamenguista patológico compra ele mesmo um espaço e manda escrever: "Mengo, tu és o maior". Seu sucessor na prefeitura, eleito mas não empossado, homem de muitas virtudes e sabidamente de poucas letras, timidamente faz-lhe o reparo: "Doutor, desculpe, mas deveria ser 'Mengo tu és o maior'. Não se conteve: 'A tragédia do ignorante é que mesmo quando acerta, erra'".

Foi nesta mesma tarde de domingo (seria 1953?) com o Estádio repleto para ver o Juventus (glória municipal) é Olaria, de Ananias e Maxwell (o Carlos Alberto Pessoa é capaz de saber a escalafão de ambos) quando, agitados, espremidos no alto da arquibancada ouvimos as voz grave, de acento tedesco, de Frei Libório, nosso professor, gritando lá de baixo em meio à balbúrdia de início de jogo: "Menores! Não esqueçam! Juventus, juventus, terceira declinação!". O Walmor, Feijó respondendo de pronto: "coitus interruptus! Quarta declinação!". Era mesmo o caso.

Grandes homens são reconhecidos pela capacidade que têm de perder tempo com os pequenos, de se ocupar deles e com eles. Pois era assim: capaz de ouvir com bíblica paciência o diáfilo dos humildes e atendidos. Não hierarquizava os homens. Dr. Lauro Soares tinha horror às celebrações em torno dele. De ingenuidade infante, sempre arredondava os defeitos alheios. Pugia da celebridade incômoda. Despojamento quase trapista. Conventual, vivia com o que as freiras da congregação conseguiram cobrar.

Era homem dos entreteitos, das alusões, do chiste. Dispensava os enfeites e acessórios. As aparições não faziam. Coisa pouca mas de lei, como aparições místicas. Em quase tudo coincidia com a descrição de Guimarães Rosa: a astúcia meandrosa, a complexidade universal, a sabença de que a vida é feita de escabroto e de imprevisto. Polido e urbano, só não era homem de alma encapotada, como o mineiro de Rosa.

Quando a travessia já se fazia mais ou menos longa, torna-se deputado no Paraná e depois vice-prefeito de Tancredo Baggio, em União da Vitória, tão opostos e, às vezes, tão iguais. É a fase de sua mais acentuada paranaização.

Mas o governador de Santa Catarina nomeia-o Conselheiro do Tribunal de Contas. Nomeação não tão sena como se pode supor. Uma batalha. Não política ou judiciária, mas documental. Como conseguir sua documentação? Afinal, já perdera um trator, que dizer de documentos? Em se tratando de exigência absolutamente descabida. Após longa peregrinação, seu irmão amigo, deputado Zany Gonzaga, afinal resolve os documentos necessários. Agora é só assumir. Nunca foi. Não era para Lauro Soares as pompas do mundo.